



**Camila Mendes Santana**

**Um novo momento para narrativas plurais:  
impactos do empoderamento negro feminino  
contemporâneo no mercado editorial**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Vera Lucia Follain de Figueiredo

Rio de Janeiro  
Abril de 2021



**Camila Mendes Santana**

**Um novo momento para narrativas plurais:  
impactos do empoderamento negro feminino  
contemporâneo no mercado editorial**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Prof.<sup>a</sup> Vera Lucia Follain de Figueiredo**

Orientadora

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Itala Maduell Vieira**

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

**Prof. Eduardo Miranda Silva**

Universidade Estácio de Sá

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da autora, da orientadora e da universidade.

### **Camila Mendes Santana**

Graduada em Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda. (Vitória, ES - 2010). Foi aluna da extensão universitária em sociologia e consumo na UERJ em 2009. Atualmente estuda e trabalha com os seguintes temas: Sociabilidades na internet e usos artísticos das tecnologias de comunicação e informação. Tem experiência na área de Comunicação - Publicidade e Propaganda, com ênfase em produção de conteúdo corporativo para redes sociais e produção cultural de eventos e espetáculos

### Ficha Catalográfica

Santana, Camila Mendes

Um novo momento para narrativas plurais : impactos do empoderamento negro feminino contemporâneo no mercado editorial / Camila Mendes Santana ; orientadora: Vera Lucia Follain de Figueiredo. – 2021.

83 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2021.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Narrativa transmídia. 3. Empoderamento. 4. Feminismo negro. 5. Mercado editorial. 6. Necropolítica. I. Figueiredo, Vera Lucia Follain de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Dedicado a todas mulheres que lutam pelo seu  
lugar de dignidade e respeito no mundo.

## Agradecimentos

Me sinto muito honrada e grata a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pela oportunidade de aprendizagem e crescimento enquanto acadêmica e profissional da comunicação. Agradeço a minha orientadora, Vera Follain Figueiredo pelas justas contribuições, por acreditar no meu trabalho e por aceitar o desafio dessa pesquisa comigo.

Agradeço também a Deus e a minha família que me ajudaram a atravessar e completar essa importante e difícil trajetória enquanto cidadã brasileira, mulher, negra e LGBTQIA+.

Para finalizar, muita gratidão também pelo aceite dos professores da banca examinadora e por toda equipe de pós-graduação, docentes, discentes, direção, coordenação e secretaria por todo suporte nessa trajetória. Em especial, agradeço a Marise Lyra, por toda ajuda que me ofereceu desde o momento em que decidi ingressar no processo seletivo de Mestrado da PPGCOM PUC-Rio até os momentos finais de apresentar a dissertação. Obrigada por todo acolhimento e incentivo. Por fim, agradeço a todas e todos que, de alguma forma, contribuíram para o meu processo de conquista do título de mestre.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Resumo

Santana, Camila Mendes; Figueiredo, Vera Lucia Follain de. **Um novo momento para narrativas plurais: impactos do empoderamento negro feminino contemporâneo no mercado editorial**. Rio de Janeiro, 2021. 83p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O título desta dissertação “Um novo momento para narrativas plurais” é inspirado nas questões que envolvem a obra literária da autora nigeriana Chimamanda Adichie “O perigo de uma história única”. O livro surgiu de uma palestra dada pela autora nigeriana que viralizou em plataformas digitais de vídeo, em redes sociais do mundo inteiro e se transformou em obra literária traduzida para diversos idiomas. Esse fenômeno guiou a temática desta pesquisa que busca entender como as narrativas do feminismo negro contemporâneo repercutem na construção social da realidade, provocando uma aproximação dos discursos de empoderamento nas mídias sociais, dando maior visibilidade para mulheres negras no mercado editorial. Este estudo traz considerações sobre o movimento feminista negro e propõe uma reflexão sobre o mercado editorial a partir desta perspectiva. Para isso, coloca em diálogo os conceitos de violência, necropolítica, biopoder e sociedade de rede com as questões que permeiam as lutas contra o machismo e o racismo. Tendo como conteúdo de pesquisa as trajetórias profissionais de Chimamanda Adichie, Conceição Evaristo e Djamilá Ribeiro. A pesquisa também aponta questões sobre a diáspora africana, as tecnologias digitais no campo da arte e da literatura, apresentando eixos do mercado editorial, empreendedorismos possíveis e reflexões acerca das oportunidades para a diversidade.

## Palavras-Chave

Narrativa Transmídia, Empoderamento, Feminismo Negro, Mercado Editorial, Necropolítica, Diversidade, mídia.

## Abstract

Santana, Camila Mendes; Figueiredo, Vera Lucia Follain de. (Advisor) **A new time for plural narratives: impacts of contemporary black female empowerment on the editorial market.** Rio de Janeiro, 2021. 83p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The title of this dissertation “A new moment for plural narratives” is inspired by the questions surrounding the literary work of the Nigerian author Chimamanda Adichie “The danger of a unique story”. The book emerged from a lecture given by the Nigerian author that went viral on digital video platforms, on social networks around the world and became a literary work translated into several languages. This phenomenon guided the theme of this research that seeks to understand how the narratives of contemporary black feminism have an impact on the social construction of reality, causing an approximation of empowerment discourses on social media, giving greater visibility to black women in the publishing market. This study brings considerations about the black feminist movement and proposes a reflection on the publishing market from this perspective. To this end, it puts the concepts of violence, necropolitics, biopower and network society into dialogue with the issues that permeate the struggles against chauvinism and racism. Having as research content the professional trajectories of Chimamanda Adichie, Conceição Evaristo and Djamila Ribeiro. The research also points out questions about african diaspora, digital technologies in the field of art and literature, presenting axes of the publishing market, possible entrepreneurship and reflections on opportunities for diversity.

## Keywords

Transmedia narratives, Empowerment, Black Feminism, Network Society, Publishing Market, Necropolitics, diversity, media.

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| 1. Introdução .....   | 10 |
| 2. Questões gerais sobre a luta da mulher negra no Brasil e no mundo ..   | 14 |
| 2.1. Herança colonial e necropolítica .....   | 14 |
| 2.2. Considerações sobre o Movimento Feminista Negro .....  | 18 |
| 2.3. As redes sociais e as lutas contra o machismo e o racismo .....  | 23 |
| 3. Trajetórias das autoras Chimamanda Adichie, Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro e desdobramentos do processo de empoderamento feminino negro no mercado editorial ..... | 29 |
| 3.1 A trajetória de Chimamanda Adichie.....   | 29 |
| 3.2. A contribuição do Youtube, as plataformas de vídeo e a convergência de mídia.....  | 35 |
| 3.3. A viralização de “o perigo de uma história única” e “sejamos todos feministas”.....  | 41 |
| 3.4. A trajetória de Conceição Evaristo.....  | 43 |
| 3.5. A trajetória de Djamila Ribeiro .....  | 49 |
| 3.6. O empoderamento de mulheres negras na contemporaneidade e desdobramentos no mercado editorial .....  | 53 |
| 4. Os eixos do mercado editorial e resistência na área da literatura .....  | 58 |
| 4.1. A construção local e global do mercado editorial impresso e eletrônico .....   | 58 |
| 4.2. Editoras tradicionais ou de grande porte .....   | 63 |
| 4.3. Outros nichos do mercado editorial independente: as pequenas editoras e o <i>self-publishing</i> .....   | 64 |
| 4.4. A literatura e a autonomia da arte na contemporaneidade .....  | 66 |
| 4.5. A resistência na História da Arte Africana.....  | 70 |
| 5. Considerações finais .....   | 74 |
| 6. Referências bibliográficas .....   | 77 |

## Lista de figuras

|   |    |
|---|----|
| FIGURA 1: Gráfico referente a pesquisa do IPEA..... | 27 |
| FIGURA 2: Página inicial do Youtube .....           | 36 |
| FIGURA 3: Página inicial do Youtube .....           | 37 |

## 1. Introdução

“*O perigo de uma história única*” foi o tema de uma palestra feita pela autora nigeriana Chimamanda Adichie no programa TED Talks em 2009 e serve também como ponto de partida para o início dessa pesquisa. A fala da autora na palestra questiona a forma como criamos a imagem que temos de cada povo. Ela afirma que o nosso conhecimento é construído pelas histórias que escutamos, e quanto maior for o número de narrativas diversas, mais completa será nossa compreensão sobre determinado assunto.

Chimamanda narra sua experiência de leitura desde a infância. Logo nova, também começou a escrever e foi influenciada pelos livros infantis que lia: escrevia exatamente os tipos de história que ela via nas obras. Isso demonstra, ela diz, o quão vulneráveis somos face a uma história. Suas escritas abrangem questões étnicas, de gênero e de identidade. Seus trabalhos estão profundamente conectados a seu país de origem, articulando diferentes experiências de vida e produzindo uma complexa impressão de história e violência. Histórias que criam um conceito sobre a nação, mas, ainda assim, permeáveis e passíveis de que aquelas não sejam as únicas contadas.

Dez anos depois dessa palestra, o tema do vídeo, que viralizou no *youtube* e também foi um dos mais acessados da plataforma *TED Talks* com cerca de 18 milhões de visualizações, se transforma num livro, assim como a palestra “Sejamos todos feministas”, de mesma autoria, que também se tornou uma obra literária.

A viralização das palestras de Chimamanda Adichie e a proposta de transformá-las em livros que consequentemente se tornaram *best sellers* são a inspiração para a temática deste trabalho. A pesquisa traz uma reflexão sobre como as narrativas do feminismo negro contemporâneo repercutem na construção social da realidade, provocando uma aproximação dos discursos de empoderamento nas mídias sociais.

Sendo assim, buscamos esclarecer como a busca pela equidade racial e de gênero gerou essa aproximação do mercado editorial, um segmento que, historicamente, não concedia muito espaço para autoras negras e suas narrativas plurais. Para isso, analisaremos as trajetórias de três importantes autoras na atualidade, bem como as estratégias comunicacionais utilizadas para alcançarem

uma posição de destaque no mercado editorial. São elas, a nigeriana Chimamanda Adichie e as autoras brasileiras Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro.

O objetivo dessa pesquisa é entender como o empoderamento feminino negro contemporâneo, as suas narrativas e um dos seus maiores impulsionadores, as mídias sociais, impactaram o mercado editorial provocando ainda mais a tematização das questões que envolvem o empoderamento da mulher negra e principalmente do reconhecimento e entendimento do outro e de outros lugares.

Os objetivos específicos se constituem em investigar o papel das narrativas relacionadas ao movimento feminista negro na construção social de realidade; entender a repercussão da viralização dos vídeos de Adichie nas plataformas *Youtube* e *Tedtalks*; compreender as estratégias de fortalecimento dos discursos de empoderamento negro feminino; e por fim, analisar o impacto das mídias sociais nas construções das narrativas transmidiáticas.

Essas tecnologias advindas da terceira revolução industrial, ou revolução tecnológica, proporcionam a agregação de pessoas em âmbito global, a propagação de discussões e, por fim, a facilidade para a mobilização de pessoas. A partir da formação da sociedade em rede e da utilização das novas tecnologias por feministas negras e pela sociedade civil, essas tecnologias, principalmente a Internet, se convertem em ferramentas de transformação social, a partir da conscientização, desconstrução e empoderamento.

Como metodologia de pesquisa, estudaremos o processo de luta da mulher negra para conquistar oportunidades no mercado editorial. Para isso, faremos uma análise e reflexão sobre as questões que envolvem essa luta, bem como a influência das redes sociais, colocando esses questionamentos em diálogo com as trajetórias profissionais e políticas das autoras Chimamanda Adichie, Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro e também analisaremos fragmentos de textos de suas obras.

Ainda sobre a metodologia, dialogamos, na pesquisa, com a proposta genealógica, de Michel Foucault, enquanto conceito e método de investigação como ponto de partida para as análises. A utilização da genealogia como ferramenta de metodologia neste estudo de narrativas do feminismo negro contemporâneo, se desdobra na análise de três dispositivos. De acordo com Moraes, esses dispositivos distintos são: o disciplinar, o de segurança e o de sexualidade.

“o disciplinar, que toma o corpo como foco de estratégias de saber-poder, desenvolvendo tanto uma microfísica do poder quanto uma anatomia política dos indivíduos; o dispositivo de segurança que desenvolve uma biopolítica das populações, considerando o ser humano como espécie; e o dispositivo da sexualidade, que emerge do questionamento e da intervenção em relação ao sujeito, considerando distintos modos de subjetivação.” (MORAES, Marcos. 2018. "Genealogia - Michel Foucault". In: Enciclopédia de Antropologia.)

Procuramos entender como vão se reconfigurando tanto as modalidades de saber quanto a formas de exercício de poder que constituem um dispositivo e como estes se manifestam em relações que atingem as mais variadas áreas da vida. Essa variedade está nas categorizações, na instituição de entidades e conceitos que passam a orientar a nossa vida, como os que veremos a seguir:

“[...] A história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifram rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (FOUCAULT, 2002, p.07).”

A dissertação está dividida em cinco partes. A primeira e a última parte são introdução e considerações finais, nessa ordem, deixando para o desenvolvimento, outros três capítulos principais. No primeiro capítulo principal falamos sobre questões gerais sobre a luta da mulher negra na contemporaneidade, contextualizando, primeiramente, onde se situa essa luta no que tange as heranças coloniais trabalhando também com o conceito de necropolítica, de Achille Mbembe. Incluímos na pesquisa considerações de Frantz Fanon e Lélia Gonzalez. Fazemos também considerações sobre o Feminismo Negro, dando destaque ao movimento feminista em África e os seus desdobramentos no Brasil. Finalizamos esse tópico de pesquisa abordando a temática da importância das redes sociais nas lutas contra o machismo e racismo.

O segundo capítulo principal mostra um panorama e análise da Trajetória profissional da autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, de Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro, trazendo discussões que envolvem as trajetórias dessas mulheres e suas estratégias.

As autoras escolhidas para essa pesquisa tem o ativismo negro engenhados em suas trajetórias. Conceição Evaristo enquanto participante ativa de movimentos

de valorização da cultura negra no Brasil (LITERAFRO, 2020) e Djamila Ribeiro enquanto filha de militante do movimento negro, onde essas discussões estiveram presentes em toda a sua vida. Apenas se reconhecendo como feminista quando passou a trabalhar na Casa de Cultura da Mulher Negra, de acordo com o site de mídia e conteúdo independente Afreaka.

Essas autoras foram escolhidas para o conteúdo de pesquisa devido a sua relevância dentro do mercado editorial, bem como a importância e representatividade de suas obras e trajetórias profissionais no Brasil e no mundo.

Por fim, o terceiro capítulo principal apresenta eixos do mercado editorial e faz reflexões importantes sobre pontos essenciais da literatura e questões sobre resistência no mercado da arte. A escolha de uma perspectiva afrocentrada para a pesquisa, em meu entender, não representa apenas uma alternativa ao pensamento tido como hegemônico, mas se afirma como uma proposta diferente de análise de conhecimentos dentro de algumas visões ainda estereotipadas, quando não subalternizadas; questões ainda remanescentes no mundo acadêmico.

## **2. Questões gerais sobre a luta da mulher negra no Brasil e no mundo**

### **2.1. Herança colonial e necropolítica**

O colonialismo, conhecido principalmente como um período de intensa exploração populacional, étnica e territorial na África e nas américas, foi um movimento histórico de grande abrangência que influenciou de forma muito profunda o imaginário dos povos na modernidade e tem reflexos também no imaginário dos povos na atualidade.

De acordo com o pesquisador australiano de estudos pós-coloniais Bill Ashcroft (2002), esse sistema político e econômico iniciou-se entre os séculos XV e XVI, se desdobrou com o neocolonialismo no final do século XIX que se estendeu até o início do século XX, encontrou justificativa nas teorias científicas então vigentes, como o evolucionismo de Charles Darwin, projetando as civilizações dominadas como primitivas e retrógradas; portanto, carentes de civilização e da tutela europeia.

A exploração sistemática trouxe como seqüela uma profunda instabilidade política, econômica e social a todas as nações exploradas, mas principalmente ao continente africano. Após a Segunda Guerra Mundial, a insatisfação contra o domínio europeu ocasionou fortes movimentos nacionalistas pela libertação dos povos sob o domínio colonial. Esses novos movimentos incluem também a valorização dos povos africanos e de suas respectivas culturas.

No período posterior ao colonialismo, esses acontecimentos são denominados movimentos culturais pós-coloniais, entre os quais se destaca a literatura produzida por autores oriundos das ex-colônias. Segundo Resende (2013), esses textos giram em torno da dominação ideológica que durante um longo período criou paradigmas de inferioridade, impedindo, dentre muitas outras coisas, que artistas e intelectuais negros pudessem dialogar com o que acontecia no resto do mundo.

Segundo Bill Ashcroft et al (2002), a produção literária na colônia passa por três estágios. No primeiro, os textos são produzidos por representantes da metrópole, como os viajantes e os administradores. Tais textos tinham por objetivo detalhar os saberes sobre a colônia, tais como os costumes, a flora e a fauna. No

segundo momento, os textos passam a ser elaborados pelos próprios nativos, porém sob o controle ou censura da metrópole e, por consequência, são produzidos conforme os padrões ideológicos do dominador.

Já a terceira etapa compreende o que se pode conceituar como literatura pós-colonial propriamente dita, uma vez que é marcada por um questionamento das ideologias da metrópole e reflete o ponto de vista do colonizado.

Para tanto, a literatura pós-colonial adota duas estratégias de ação: a ab-rogação e a apropriação (ASHCROFT et al., op. cit.). A primeira se caracteriza pela recusa das categorias da cultura impostas pela metrópole, procurando subverter padrões de significado e uso e constituindo uma negação ao uso acrítico do idioma europeu. A segunda estratégia se refere ao uso do idioma em uma versão popular, atrelado ao lugar e às circunstâncias históricas.

Entretanto, apesar de toda luta no que tange a resistência, proteção e resgate da arte e cultura negra em todo o mundo, as consequências dessa exploração histórica, sistemática e genocida persiste e se apresenta de forma constante na atualidade de várias formas, mas principalmente no sistema político em que vivemos, afetando o imaginário social e a vida de toda a população e gerando consequências ainda mais severas para a população negra.

Ao dissertar sobre a Política da inimizade, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2017) ressalta que a narrativa oficial da democracia é de que ela é pacificada. Diferentemente das sociedades guerreiras, a brutalidade e a violência foram banidas, ou ao menos, dominadas na democracia. Para o autor, a violência brutal exprimida na era medieval até o Renascimento deu lugar a civilidade na sociedade democrática.

A ideia da democracia desprovida de violência racial é uma ideia oposta a realidade, até porque há registros na história da existência da escravidão junto a da escravidão nos Estados Unidos. Mbembe (2017) assegura que o sistema colonial, o sistema de plantação e o sistema democrático sempre estão interligados.

Na realidade brasileira, a violência é uma práxis da democracia, uma vez que o imaginário construído é o de submissão do modo de vida dos povos indígenas e das populações negro-africanas no Brasil. De acordo com Mbembe (2017) a convivência com essas violências são ferramentas que fazem parte de um regime necropolítico, onde o horror e o terror tem um enorme valor simbólico. Logo, a necropolítica se caracteriza, como imaginário, por produzir vidas

supérfluas das quais as mortes e as vidas são retiradas de qualquer sentido de justiça e tomadas de responsabilidade sobre elas. A recusa em morrer torna-se uma ficção, uma vez que a morte já aconteceu (MBEMBE, 2017).

A morte violenta contra os corpos negros é uma política constante no território brasileiro, seja ele no Brasil Colônia, Império ou República. Deste modo, a violência racial e a política de morte fazem parte de uma paisagem construída constantemente. Tendo em vista a ideia de violência, podemos analisá-la também a partir de outros autores, como Frantz Fanon e seu pensamento anticolonial.

O tema da violência, tanto a do colonizador como a do colonizado, também é estudada por Fanon (1980). Ele justifica a utilização de meios violentos para derrubar o colonialismo e vê na violência anticolonial uma práxis que liberta o colonizado de suas alienações.

A filosofia de Frantz Fanon (1980) pode ser entendida como uma filosofia da libertação. Quando disserta sobre violência, o autor denuncia o caráter eminentemente violento do colonialismo, que interdita o reconhecimento do outro como ser humano. Afirma também que diante de uma realidade de violência qualquer tentativa de resolução implica numa reorganização do mundo. Ele entende a violência como estranhamento, como um desordenamento da ordem e uma certa afirmação da política. Hanna Arendt (1994) afasta-se do pensamento de Fanon quando diz que a violência leva a negação da política e a negação da fala. A violência para ela não é política. A política para ela está na fala e no diálogo, que não existiriam na violência. Entretanto, Fanon destaca que a violência por si só não é capaz de emancipar ninguém, porém quando a fala não é ouvida, a comunicação se faz no grito.

Uma das ideologias mais arraigadas e geradora de violência no colonialismo é o racismo. Consiste em uma justificativa do devir colonial à superioridade técnica, proveniente de processos históricos diferenciados, o que propõe uma “superioridade biológica”. Mas o preconceito racial é anterior ao colonialismo, ele começou na idade média europeia. Desde essa época já se associava o continente africano ao exótico, ao pecado e ao mal.

“o racismo é uma ideologia e, como tal, também foi concebido como uma estratégia de poder em acordo com as expectativas de parte de uma determinada sociedade”. Já que as potências coloniais defendem o ideário burguês de que “todos os homens nascem iguais” e, portanto, todos têm direitos naturais em comum, fabrica-se o sub-homem que não partilha desses “direitos inalienáveis”. (LIPPOLD, p. 8, 2005)

Utilizando como referência as ideias de Frantz Fanon, a pesquisadora brasileira e pioneira no assunto Lélia Gonzalez (1988) procurou semelhanças nos diversos contextos da diáspora negra de forma a estudar explicações em comum para abordar o racismo, bem como recuperar as estratégias de resistência e luta das mulheres negras e indígenas, visando o seu registro como protagonistas da história. Uma das principais características do pensamento de Fanon, diz respeito à abordagem dos danos psicológicos causados pela relação de dominação/exploração entre colonizador e colonizado.

As ideias de Fanon sobre racismo e alienação foram importantes para as reflexões de Lélia Gonzalez (1988) acerca da chamada democracia racial brasileira, um dos principais alvos das ações e críticas do movimento negro, nos anos 1980, através da denúncia do quanto era falaciosa tal democracia, resumindo-se, na verdade, "em um dos mais eficazes mitos de dominação".

Gonzalez (1988) é responsável também pelo conceito de Amefricanidade. A amefricanidade se refere à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial.

A autora recorre à categoria "amefricanas", as "herdeiras de uma outra cultura ancestral cuja dinâmica histórica revela a diferença pelo viés das desigualdades raciais", como possibilidade de reflexão e análise para fazer emergir diversas tradições de resistência às relações patriarcais a partir das experiências das mulheres negras e indígenas da América da América Latina, Caribe e Brasil.

De acordo com Cardoso (2014), toda a narrativa dos textos de Lélia Gonzales é baseada numa produção linguística subversiva no estilo e mestiça. Ela recorre ao inglês, ao espanhol e suas variações regionais e a expressões do *nahuatl* (língua falada pelos astecas pré-invasão), para fazer o registro de suas ideias. Com isso, recusa tanto o espanhol, simbolizando a cultura machista mexicana, quanto o inglês, imposto pela cultura norte-americana dominante, ensinado nas escolas, nos EUA, como prática de exclusão imperialista, pois poda qualquer traço cultural mexicano.

Logo, ela adota uma a linguagem dita híbrida, que denota de um discurso proferido por múltiplas vozes, e representativa de uma nova identidade, que emerge do contexto sociopolítico e cultural estabelecido na fronteira entre México e Estados Unidos.

Lélia Gonzalez (1988) também contribui de forma significativa para os debates que envolvem a questão de gênero, destacando muito mais a problemática do sexo e do sexismo nas relações assimétricas provenientes da percepção das diferenças. Ela comenta a respeito das ideias de Simone de Beauvoir:

“[...] quando esta [Simone de Beauvoir] afirma que a gente não nasce mulher, mas que a gente se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tornar-se negra é uma conquista). Se a gente não nasce mulher, é porque a gente nasce fêmea, de acordo com a tradição ideológica supracitada: afinal, essa tradição tem muito a ver com os valores ocidentais.” (GONZALEZ, 1988, p.2)

A autora faz uma crítica à invisibilidade de raça na maioria dos estudos feministas latino-americanos, com destaque para o Brasil, considerando a forte presença negra e indígena. Ela defende a perspectiva do antirracismo como elemento essencial aos princípios feministas, pois, se o sexismo, o racismo e o classismo colocam as mulheres negras no mais baixo nível de opressão, nenhum movimento de mulheres pode ser considerado realmente feminista se não tiver por premissa o enfrentamento destas estruturas.

## **2.2. Considerações sobre o Movimento Feminista Negro**

O objetivo principal deste tópico de estudo, além de contextualizar a pesquisa no que se passa dentro das lutas feministas negras, é propor uma reflexão sobre a organização e lutas dessas mulheres no interior do movimento feminista e a percepção de suas especificidades, surgindo a partir de então, a necessidade de compreensão das particularidades das mulheres negras, que por muito tempo foi tratada de forma universalizada pelo movimento feminista.

A luta da mulher contra o patriarcado e contra a apropriação de sua integridade e personalidade certamente não se restringe às chamadas sociedades desenvolvidas, nem é peculiar às experiências de mulheres que estão fixas em uma determinada localização geográfica do planeta. Entretanto, é nas décadas de 1960 e 1970, na Europa e nos Estados Unidos, que o Feminismo, com essa nomenclatura e denominação, está documentado e se destaca enquanto marco histórico como movimento social e político. Tendo em vista essas questões podemos dizer que o feminismo é um movimento social e político que luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, objetivando a libertação de padrões patriarcais

estabelecidos em nossa sociedade. o movimento feminista contribuiu nas organizações de lutas pautadas na emancipação da mulher, questionando sua condição subordinada, hierarquização dos sexos, discursos e práticas em torno da mulher (Coelho e Gomes, 2015). Para Carla Garcia, o feminismo é:

a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social (GARCIA, 2011, p. 13)

Neste contexto de lutas feministas pela cidadania surgem reflexões mais profundas sobre o posicionamento social das mulheres, que geralmente tem de assumir papéis impostos pela sociedade e acabam principalmente por ocupar lugares subordinados em relação ao homem. No entanto, segundo Pinto (2007), esse debate feminista ficou por muito tempo restrito a relação homem-mulher. O enfoque exclusivo a questões de gênero apresentado como fonte de opressão de mulheres não faz conexão entre o sexismo e outras formas de dominação existentes. O olhar exclusivo ao embate homem-mulher apaga outros aspectos das identidades das mulheres e suas experiências no que tange as questões de sexualidade, classe e, especialmente, de raça.

Por isso, há também nesse estudo a importância e um esforço em trazer pontos de reflexão de pesquisadoras e estudiosas do feminismo em África. Uma delas é a socióloga suazilanesa Patricia MacFadden (2001). A autora disserta sobre a exclusão de séculos de resistência das mulheres em África, Ásia, América Latina, Caribe e outras partes do mundo, fora da Europa e América do Norte. Ela ressalta que as mulheres africanas têm se engajado nesta luta quer como indivíduos e em coletividades, há milênios, mas que apenas as mulheres brancas tiveram a oportunidade de falar e escrever sobre as suas lutas de uma forma que é mais universalmente acessível.

Ao dissertar sobre o pensamento feminista africano, Cuhanga (2017) diz que existe o reconhecimento explícito de que as lutas das feministas africanas estão ligadas ao passado comum do continente em seus diversos contextos. O período pré-colonial, o da escravidão, a colonização, as lutas de libertação e o

neocolonialismo tiveram muitas mulheres envolvidas na linha de frente das batalhas.

A ativista angolana Âurea Mouzinho (Ondjango Feminista, 2017) enfatiza que na ausência de registros históricos, contos que sobreviveram, em virtude da tradição oral, também têm testificado a existência de mulheres que sempre se opuseram ao patriarcado desde o início da história. Por isso, “embora a palavra 'feminismo' aliada aos marcos históricos do movimento tenha sido “importada”, a essência do feminismo - a oposição ao patriarcado - nunca foi estranha para as mulheres africanas. Em um dos seus artigos sobre a história do feminismo africano, a jornalista nigeriana Minna Salami (2013) diz:

“Enquanto a palavra “feminismo” é certamente uma importação (como todas as palavras em inglês), o conceito de oposição patriarcal, isto é, a *raison d'être* do feminismo, não é algo novo ou estranho no nosso continente. África tem algumas das civilizações mais antigas do mundo, por isso, embora nem sempre o chamassem de feminismo (o substantivo) até onde podemos rastrear, sabemos que haviam mulheres que eram feministas (o adjetivo) e que encontraram maneiras de se opor ao patriarcado. Portanto, o feminismo é uma parte importante da história das mulheres africanas.” (MSAFROPOLITAN, 2013, a brief history of African Feminism)

Apesar da escassez de registros, existem algumas evidências de que houve, no período pré colonial, culturas africanas mais próximas da justiça e da igualdade entre mulheres. Como exemplo, Cuhanga cita os valores tradicionais que resistiram ao tempo e à violência, tal como o “ideal *isiXhosa* do *Ubuntu*” e a “prática *buganda* do *Kunyaza*”, que valorizam a sexualidade e o prazer sexual feminino. Contudo, face aos registos existentes do patriarcado tradicional, essa certamente não foi a realidade objetiva de todo o continente. Tendo em vista o contexto pré-colonial das mulheres acima citadas, vê-se que apesar de terem existido culturas em que algumas mulheres gozavam de privilégios em função das suas posições sociais, estes privilégios não eram abrangentes para todas as outras mulheres da mesma cultura, muitas das quais sofriam discriminações e eram submetidas a práticas sexistas como o casamento infantil, a excisão sexual, violações, escravidão sexual, e eram até vítimas de feminicídio.

Levando em conta os aspectos descritos, Cuhanga relata que as feministas africanas reconhecem as suas histórias pré-colonial e pós-colonial a partir de pontos de vista femininos. Para, a partir dessas narrativas, exigirem a adoção de

medidas especiais em favor de determinadas mulheres africanas em diferentes contextos.

Ao colocar em foco que a valorização dos contos e narrativas ancestrais são importantes e que as conquistas históricas que foram feitas pelo Movimento de Mulheres em África ao longo dos últimos 40 anos são muito significativas, elas reivindicam, também, esses ganhos como feministas africanas. Pois reconhecem que essas mulheres abriram o caminho, nos diversos níveis, da base ao topo. A partir de suas histórias passadas de geração em geração, elas construíram estratégias, organizaram redes, entraram em greve e marcharam em protesto, ao mesmo tempo em que fizeram pesquisas, análises, lobbying, fortalecimento institucional construindo tudo o que levou os Estados, empregadores e instituições a reconhecerem a sua individualidade como mulheres, bem como suas potencialidades.

Portanto, trazemos para reflexão, também, a força dos legados dos antepassados das mulheres africanas e afrodescendentes, bem como toda a espiritualidade e religiosidade que circunda essas histórias. Sobre esse tema, Simoni, citando exemplos do contexto brasileiro, ressalta:

“O tema mulher se tornou campo de estudos nas ciências sociais a partir de 1970, sendo esta uma das conquistas do movimento feminista, e especificamente de historiadoras que exigiam uma produção historiográfica onde as mulheres fossem retratadas como sujeitos da sua própria história. Assim, como o direito ao voto obtido na década de 30, essas conquistas não atingiam as mulheres negras, pois, o feminismo não previa a necessidade de fazer um recorte étnico e social naquele período. O movimento de mulheres negras sempre esteve ligado à religiosidade, pois, a articulação pela liberdade de existir nasceu nas conversas de terreiro, e as conquistas, mesmo quando ligadas à intelectualidade, perpassavam ou nasciam dentro dos terreiros de matriz africana.” (SIMONI, 2019, p.297)

Para concluir as questões levantadas sobre o movimento feminista em África neste tópico da pesquisa, acrescentamos a definição de Filomina Steady (1981). A autora relata que o feminismo africano é um movimento que enfatiza a autonomia feminina e a cooperação; a natureza em detrimento da cultura; a centralidade das crianças, a maternidade múltipla e a consanguinidade. Entretanto, durante muito tempo, as feministas africanas foram definidas como sendo “desleais” e “inautênticas” por se auto identificarem como feministas. Ao ser interpretado como um conceito ocidental, o feminismo é e foi, por muitos, considerado como um ultraje diante daquilo que são tidos como valores e

princípios africanos. Daí a necessidade de reafirmar e realocar não só o termo, como também o seu contexto e sua importância.

No contexto Brasil, de acordo com Coelho e Gomes (2015), a participação e articulação de mulheres negras em encontros e seminários, eventos nacionais e internacionais realizados no Brasil nas décadas de 80 e 90, provocou uma transformação no feminismo, onde as mulheres negras percebem suas particularidades e demandas, e, assim as direciona para o interior do movimento feminista. Esses eventos funcionaram como arenas políticas importantes para as feministas negras, que ao incorporarem as variáveis raça e classe, entrelaçadas à de gênero, passaram a expor as desigualdades sociais pelas quais passavam e evidenciar as pluralidades étnico-raciais na nossa sociedade no intuito de provocar mudanças no interior do movimento.

Um desses eventos responsáveis por iniciar uma transformação no interior da luta feminista brasileira, foi I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), realizado em 1988, em Valença – Rio de Janeiro, onde estiveram presentes 450 mulheres negras de 17 Estados do País. Esse encontro foi considerado um importante marco na trajetória de luta das ativistas negras e do feminismo em si, pois proporcionou um impulso na construção de sua organização com referência própria e articulação nacional. Um dos objetivos desse evento que possibilitou tantos debates, embates e reflexões que destacou a seguinte questão:

“(...) Gostaríamos de deixar claro que não é nossa intenção provocar um racha nos movimentos sociais como alguns elementos acusam. Nosso objetivo é que nós, mulheres negras comecemos a criar nossos próprios referenciais deixando de olhar o mundo pela ótica do homem tanto do negro quanto o branco ou pela da mulher branca. O sentido da expressão criar nossos próprios referenciais e que queremos estar lado a lado com as (os) companheiras (os) na luta pela transformação social quer nos tornar portavozes de nossas próprias ideias e necessidades, enfim queremos uma posição de igualdade nessa luta” (ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES 1 boletim informativo Rio de Janeiro de 1988 apud Ribeiro, 1995).

A filósofa e ativista brasileira Sueli Carneiro (2003) lembra que houve um não-entendimento por parte das mulheres negras quando as feministas propuseram em seus discursos que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Segundo a autora, as mulheres negras fazem parte de um contingente com identidade de objeto. “Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados.” (Carneiro, 2003, p.01).

Coelho e Gomes dizem que a relação entre o movimento feminista brasileiro e as mulheres negras foi tenso e árido durante um tempo. A percepção da importância de mobilização e organização em torno da falta de representação no interior do movimento feminista se reflete num novo cenário de lutas. Ainda que de forma lenta e tardia, novas perspectivas, possibilidade de diálogos, parcerias e ações conjuntas têm surgido na luta feminista contemporânea.

Para finalizar, podemos dizer que mesmo com muitos conflitos e embates travados no exterior e no interior do movimento feminista, a organização política das militantes negras e suas reivindicações resultou na afirmação de suas pautas, trazendo para o âmbito das conquistas políticas as demandas e contradições em torno da mulher negra, que carrega consigo a carga de uma dupla opressão. Dessa forma, a discussão sobre o peso da questão racial na configuração dessa sociedade desigual tornou o movimento feminista mais representativo no Brasil e no mundo.

### **2.3. As redes sociais e as lutas contra o machismo e o racismo**

As mudanças e circunstâncias advindas da cibercultura foram determinantes para a transformação da comunicação contemporânea. Com as novas possibilidades tecnológicas, mudam-se as noções de tempo e espaço e, sobretudo, as expectativas dos indivíduos a respeito das suas relações sociais. As ações de ativismo online começaram a surgir num contexto recente de popularização da internet, que se deve principalmente ao advento da criação de uma estrutura pública, conhecida como World Wide Web – WWW. Tal acontecimento foi um dos principais responsáveis por possibilitar o desenvolvimento de ações em rede e transformar o usuário de internet em criador e difusor de conteúdo. Essa comunicação distribuída passa a ser uma das maiores armas de luta contra grandes corporações e governos disciplinares.

Sendo assim, os movimentos sociais começam a enxergar oportunidades de desenvolvimento em sua comunicação sem necessariamente depender de grandes empresas de mídia.

Deleuze (2002) diz que não apenas somos sutilmente controlados, como também passamos a nos cobrar um autocontrole e uma auto exigência para, a partir disso, nos adequarmos e nos sentirmos aceitos pela sociedade em que nos inserimos. Esta nos submete a critérios, avaliações e disciplina, podendo nos

proporcionar um elevado nível de cobrança e insatisfação. Enquanto na sociedade de disciplina as produções de subjetividades eram submetidas aos moldes fixos de aprisionamento, como a escola; na sociedade de controle tudo parece tornar-se moldável. Este cenário de maior independência dos movimentos sociais e políticos e de difusão de conteúdo por parte do próprio usuário parece promissor para o exercício da cidadania. No entanto, é preciso um olhar crítico para analisar as efetivas contribuições do ciberativismo.

O caráter relacional das redes sociais traz também ao palco das discussões as questões de gênero, raça, classe e interseccionalidades. Os assuntos presentes historicamente nas lutas contra as desigualdades nas relações sociais fora da internet, também aparecem dentro dela. Através das relações intersubjetivas proporcionadas pelas redes sociais, se abre um canal de diálogo a uma grandiosa parcela de pessoas por/pela tempestade de informações no cotidiano nas plataformas de mídia.

Utilizando como base teórica a teoria ator-rede de Bruno Latour (1994), percebe-se que existe um grande interesse do público em assistir, participar e comentar questões relacionadas a luta contra o racismo, a luta contra o machismo e as duas, simultaneamente. Isso evidencia o entrelaçamento das atuações em movimentos sociais dentro e fora da internet.

O autor entende que as interações e ações sempre estão distribuídas em uma rede; sendo assim, não só pessoas (humanos) são parte integrante dos processos de comunicação, mas as tecnologias também. Quanto ao conceito de rede, Latour (1994) procura explicá-lo como um sistema, formado por entradas e saídas. Dessa forma, a rede seria composta por várias conexões e fluxos, onde todos os atores nela envolvidos interfeririam e sofreriam interferências na mesma. De acordo com o autor, uma rede é cultivada por atores que, por sua vez, se ligam/entrelaçam. A palavra ator no que se tratam as redes sociais está ligada a ação. Portanto, acionar formas de defesa a cultura e representatividade de mulheres negras, suas afetividades e história de luta, são uma relação ator – rede na contemporaneidade.

Porém, quando trazemos esse conceito de rede para junto da discussão do biopoder (Foucault) e da necropolítica (Mbembe), onde se consideram as estratégias de poder para controle da vida e de quem pode viver, respectivamente, é preciso levar em conta mais algumas questões. Sobre o biopoder e a necropolítica, é importante ponderar que:

A noção de biopoder será suficiente para designar as práticas contemporâneas mediante as quais o político, sob a máscara da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, opta pela aniquilação do inimigo como objetivo prioritário e absoluto? A guerra, não constitui apenas um meio para obter a soberania, mas também um modo de exercer o direito de matar. Se imaginarmos a política como uma forma, devemos interrogar-nos: qual é o lugar reservado à vida, à morte e ao corpo humano (em particular o corpo ferido ou assassinado)? Que lugar ocupa dentro da ordem do poder (Mbembe, 2018, p. 108).

Tendo feito essas considerações, entendemos que além da existência de uma grande parcela da população privada do acesso à uma informação livre de banalizações e perspectivas racistas, o ciberativismo lida com outras problemáticas. Segundo Franzosi (2010) as informações acessadas pelos usuários que circulam no ciberespaço são possíveis de serem rastreadas, orientadas e direcionadas. “A rede é toda constituída por conexões estabelecidas por endereços numéricos, distribuídos conforme uma lógica hierárquica de computadores interligados” (FRANZOSI. 2010, p.3). Ou seja, qualquer dado é facilmente descoberto por pessoas, corporações e governos, além de poder ser reorientado ou redirecionado. O que pode prejudicar bastante uma ação ativista. É necessário então também ter a consciência de que informações disponibilizadas podem ser utilizadas para desestabilizar um movimento.

Antes das *Fake News* e dos algoritmos acionados pelas instâncias do poder, apesar das lógicas hierárquicas, das dificuldades de se permanecer anônima, e das violências presentes dentro e fora da rede, podíamos dizer que ainda existia potência que se converte em transformação social através das redes sociais. Manuel Castells disse em 2003 que é a partir da formação da sociedade em rede e da utilização das novas tecnologias pelos movimentos sociais e pela sociedade civil, que essas técnicas se convertem em ferramentas de transformação social, a partir da conscientização, desconstrução e empoderamento. Atualmente, esse otimismo se relativizou bastante, uma vez que os algoritmos estão presentes em toda rede e podem ser facilmente detectados pelos governos e empresas.

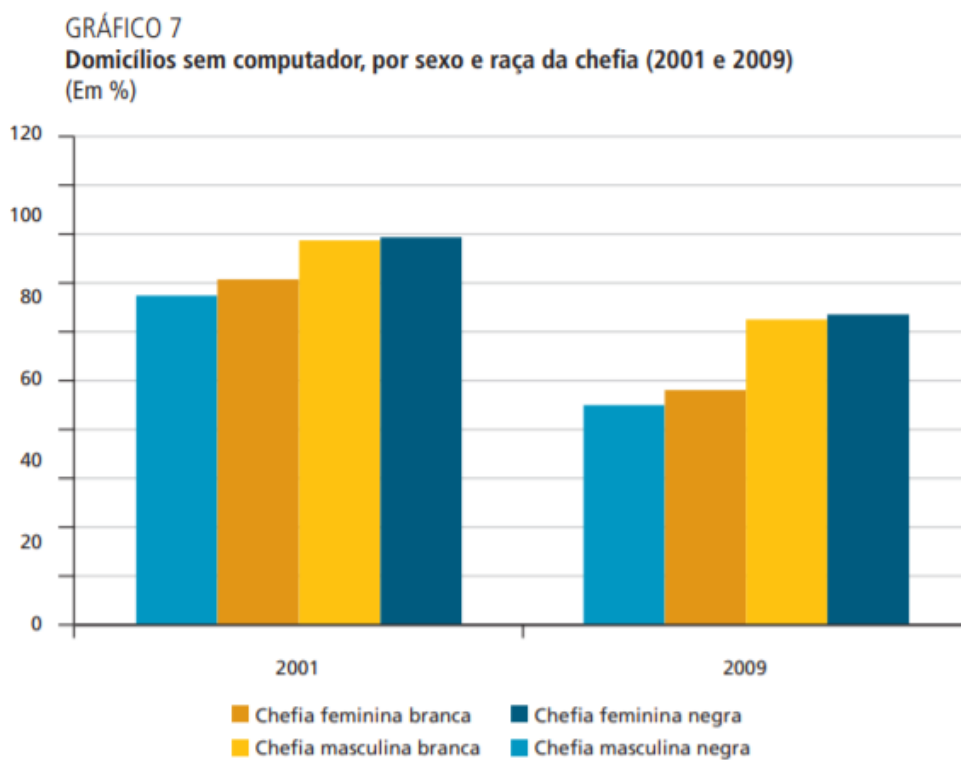
As fake News e os algoritmos rastreáveis também estão presentes nos posts de indivíduos e grupos que têm suas reivindicações e ações potencializadas pelos ambientes conectados e descentralizados da Internet. No caso das mulheres negras, não é novidade que elas sempre foram alvo de exclusão social por parte das mídias tradicionais como a televisão, revistas e rádio. Mulheres negras são, historicamente, massacradas pela persuasão e pela castração a fala e

posicionamento em sociedade. A internet se apresenta então como um espaço alternativo de propagação e discussão dessas questões em uma outra perspectiva.

No Brasil existem poucas pesquisas que medem as desigualdades raciais e de gênero com recortes específicos. Em geral, os números dizem que a população brasileira, enquanto país de terceiro mundo, está numa posição de grande exclusão digital se comparado a países ricos. De acordo com IPEA (2003), nos domicílios chefiados por brancos, 78% não tinham acesso a microcomputador, 83% a internet e 53,5% a telefone celular. No caso dos domicílios chefiados por negros, esses valores eram, respectivamente, de 93%, 95% e 71%. Não existem diferenças significativas entre homens e mulheres na posse desses itens. No entanto, quando se cruza a chefia por raça e sexo, percebe-se que são sempre as mulheres negras as que se encontram em pior situação e, nesse caso, estão, portanto, mais sujeitas à exclusão digital.

Segundo o Dossiê Mulheres Negras, também do IPEA (2013), na comparação entre os dados de homens e mulheres, os dados dos domicílios chefiados por mulheres brancas são piores que os de domicílios chefiados por homens brancos. No entanto, o número é melhor quando se comparam os dados dos domicílios chefiados por mulheres brancas com os chefiados por mulheres e homens negros. No que se refere à exclusão digital, o peso das desigualdades baseadas na raça tem maior impacto sobre o acesso. Portanto, mais uma vez, o acúmulo das desigualdades de etnia e gênero torna ainda mais precário o acesso a estes bens. Segue abaixo, o gráfico referente à pesquisa:

FIGURA 1: Gráfico referente a pesquisa do IPEA



Fonte: Ipea et al. (2011).  
 Elaboração da autora.

Fonte: <https://www.ipea.gov.br/>

Tendo em vista esses números que traduzem a desigualdade e a exclusão social no Brasil, voltamos a discussão sobre os debates nas redes sociais, que têm a oportunidade de se inverterem positivamente e negativamente através de jogos discursivos usados na rede. O uso de palavras e ações discriminatórias sem dúvida vai além do cerco das mídias. Até mesmo quando um indivíduo tece comentários desrespeitosos e violentos numa rede social, essa mensagem pode causar repúdio, denúncias e reflexões contra os agressores.

Os maiores problemas dessas atitudes, apesar do combate existir, ainda é bem parecido com o da herança colonial: os traumas sofridos por quem essas violências se destinam. De acordo com Abramovay (2004), essas violências não têm cicatrização previsível. É preciso garantir que essas meninas, jovens e mulheres tenham a oportunidade de falar, pois o contar é parte do processo da superação desses traumas. O diálogo é uma afirmação identitária para essas pessoas.

Ao promover o debate da ideologia do empoderamento de mulheres negras amplia-se o enfrentamento às estratégias de masculinidade nas redes sociais e na

vida de meninas e mulheres. A possibilidade de evitar o rendimento a essas estratégias passa pelo fortalecimento da estética negra, sua representação, sua aceitação, seu cabelo crespo e sua afetividade combativa frente ao machismo e ao racismo.

Ao nos aprofundarmos no que acontece nesses levantes comunicacionais percebemos a importância de situar este estudo dentro do ambiente das mídias digitais e redes sociais, de modo que se reduza a invisibilidade de grupos em situação subalterna, botando em foco as questões necessárias para inclusão e diversidade. Por meio das redes digitais e sociais, é possível dar voz em meio a dor, criar laços e transmitir informações de forma rápida. Ainda que muitas vezes usada para fins discriminatórios, como foi discutido acima, alguns movimentos criam obstáculos à propagação desses diálogos nocivos.

O empoderamento nas mídias e redes sociais cria interfaces de discurso, analisa e propõe relações sociais. Com ele, as lutas contra o machismo e racismo canalizam suas estratégias de poder para uma sociedade mais transformadora. Essas transformações, porém, não se caracterizam apenas pela reparação histórica e superação de traumas, mas pela alteração nas relações com o espaço, tempo, corpo e coletividade. Dessa maneira, encontramos novas possibilidades para ser e estar no mundo, a partir de outros sentidos e práticas.

### 3. Trajetórias das autoras Chimamanda Adichie, Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro e desdobramentos do processo de empoderamento feminino negro no mercado editorial

#### 3.1 A trajetória de Chimamanda Adichie

Chimamanda Ngozi Adichie é uma escritora nigeriana, nascida na cidade de Enugu, em 1977. É autora de obras como *Hibisco Roxo*, *Meio sol amarelo*, *Americanah*, *A coisa a volta do teu pescoço* e *Sejamos todos feministas*. Muitas das produções de Adichie tem temas que aparecem constantemente em suas obras literárias. As suas temáticas principais questionam a condição feminina e estereótipos numa perspectiva racial e étnica.

A autora se divide atualmente entre os Estados Unidos e a Nigéria - onde leciona cursos de escrita criativa. Sua conexão profissional na América começa quando, aos 16 anos, deixa a Nigéria e segue rumo aos Estados Unidos para estudar Comunicação na Drexel University (Philadelphia). Chimamanda esteve na instituição durante dois anos até mudar para a Eastern Connecticut State University onde conquistou o diploma de comunicação e ciência política. Durante esse período, escreveu uma série de artigos para jornais universitários. Depois de finalizar a graduação, fez um mestrado em escrita criativa na Johns Hopkins University, em Baltimore, e estudou História Africana na Yale University. Sua primeira obra literária - intitulada *Hibisco Roxo* - foi lançada em outubro de 2003. A partir daí, Adichie não parou de escrever e suas obras ganharam vários prêmios ao redor do mundo.

No ano em que a autora nasceu, 1977, se completavam sete anos após o fim oficial da guerra de secessão de Biafra, na cidade de Abba, no estado de Anambra, na Nigéria. Ela é uma jovem ibo, a quinta dos seis filhos de Grace Ifeoma e James Nwoye Adichie. Como seus pais eram ligados à universidade de Nsukka, moraram no campus desta instituição, onde Adichie foi criada com seus irmãos. Seu pai fora o primeiro professor de Estatística da Nigéria e, mais tarde, reitor da universidade de Nsukka; sua mãe, por outro lado, fora a primeira secretária da mesma instituição e, mais tarde, professora. Adichie foi educada no ambiente universitário, e seus pais queriam que ela estudasse Medicina, curso que ela iniciou juntamente com o de Farmácia, mas não concluiu, permanecendo

apenas por um ano e meio. Segundo suas entrevistas, ela se dizia muito ‘entediada’ com as aulas, mas ela o que se esperava que ela fizesse, pois suas notas eram altas e lhe permitiram entrar em quaisquer cursos, inclusive no de mais prestígio, o de Medicina.

Durante o curto período em que ficou na Universidade de Nsukka como estudante, foi editora da revista *The Compass*, publicada por estudantes católicos de Medicina. Aos dezenove anos, mudou-se para os Estados Unidos para fazer outra graduação. Em princípio, estudou na Universidade de Drexel, Filadélfia, porém, mais tarde, mudou-se para a Universidade Estadual de Connecticut e em 2001 graduou-se em Comunicação e Ciência Política. O seu mestrado em Escrita Criativa foi realizado na Universidade John Hopkins, em Baltimore. Além deste, a autora fez mestrado em Estudos Africanos, em Yale, em 2008.

Para alcançar melhor a conjuntura em que as produções literárias de Chimamanda Adichie surgem, faz-se necessário estabelecer um panorama acerca da constituição da Nigéria<sup>1</sup>, situada na África subsaariana, país mais populoso da África e oitavo país mais populoso do mundo. Com vários escritores já reconhecidos no mundo, as obras nigerianas se destacam por terem um forte teor de ativismo nas expressões dos escritores.

O país é composto por uma variedade de povos provenientes de 529 etnias diferentes, entre as quais destacamos aquelas que reúnem um contingente

---

<sup>1</sup> A Nigéria é uma nação com uma longa história e há evidências arqueológicas que indicam a existência de habitantes na região 9.000 a.C. A área do rio Benue foi moradia original dos imigrantes bantos que se espalharam pela parte central e sul da África entre o primeiro e o segundo milênio d.C. Onde hoje está a Nigéria já existiam pequenas cidades por volta de 1.800 a.C. (Resende, 2013). Entre os séculos XVII e XIX, comerciantes europeus estabeleceram portos costeiros para escoamento de escravos para as Américas. A partir do século XIX esse comércio foi substituído pelo de commodities. Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma série de protestos e conflitos que resultaram na independência de vários países africanos. Enfrentando forte onda nacionalista, o governo britânico iniciou o processo de transição da Nigéria para um governo próprio com base federal. A independência total foi “concedida” em 1 de outubro de 1960. Dois anos mais tarde, sua Constituição foi estabelecida e o país se tornou parte do Commonwealth (Reino Unido). A Nigéria sofreu dois golpes militares que resultaram numa ditadura militar em 1966. Os líderes do segundo golpe tentaram fortalecer o poder do governo federal, criando doze governos estaduais. Os ibos, grupo étnico predominante na região leste, declararam a formação do estado independente de Biafra, iniciando uma violenta guerra civil em julho de 1967 que se estendeu até 1970, ao mesmo tempo em que o mundo assistia aos conflitos de Darfur e Ruanda. Poucos países africanos reconheceram o recém-criado Estado de Biafra. No fim, a guerra deixou mais de dois milhões de mortos em razão dos confrontos, da fome e de doenças, e mais de três milhões de pessoas migraram para o leste, o que acirrou ainda mais as divisões étnicas no país. A atual Nigéria vive ainda crises políticas e tem sido cenário de vários atentados de cunho político-religioso. O país se apresenta, hoje, como um novo Estado-nação e tem uma população bem jovem (mais da metade tem menos de 30 anos e 44% estão abaixo dos 15 anos). Isso significa que a guerra de Biafra foi vivida pela geração anterior.

populacional mais expressivo, tanto do ponto de vista demográfico quanto do político, são elas as etnias: Hauçá e Fulani, Iorubá, Ibo, Ijaw, Kanuri, Ibibio e Tiv. A composição da população nigeriana associado ao fenômeno de nacionalismo, que tenta disfarçar as diferenças entre as etnias, tem se tornado um fator problemático, uma vez que esses diferentes povos têm pouco em comum além da proximidade geográfica entre eles. No centro do nacionalismo ainda consistem as injustiças advindas dos conflitos produzidos entre as distintas etnias, que constituíam o modus operandi principal do governo colonial, continuam nos dias de hoje a minar as chances de estabilidade em meio a um contexto neocolonial.

A Nigéria possui longa tradição poética produzida desde o século XVI em língua árabe pelos muçulmanos hauçás que habitavam o norte do país. A característica mais marcante das manifestações literárias em todo o país reside em seu caráter oral. A produção escrita apresenta ecos dessa tradição oral. Alguns autores fazem uso de dialetos locais, entre os quais se destaca o professor e político Malam Aminu Kano, provavelmente o autor mais importante em língua hauçá, pois escreveu em vários gêneros literários (RAMIREZ, 1999).

Em relação à literatura ibo, os primeiros registros em língua vernácula são feitos no início do século XIX por Pita Nwana. Em seu texto existe um questionamento a respeito da aceitação dos princípios ocidentais e a liberdade do povo ibo. O mercado de Onitsha foi um ponto de referência para a literatura ibo, em meados do século XIX, quando teve início uma intensa atividade de publicação de obras acessíveis a um público amplo. Os textos ali produzidos eram conhecidos como Onitsha Market Pamphlets, escritos em inglês ou ibo. Em meados da década de 1960, o clima de tensão política, censura e recessão fez com que esse ponto de promoção da cultura popular fosse desativado, deixando de existir no período da Guerra de Biafra.

No caso da literatura nigeriana em língua inglesa, as primeiras manifestações resultaram do trabalho dos “Black Victorians”, que viviam na Grã Bretanha vitoriana como escravos. Entre 1880 e 1930, a produção escrita passou a ser feita por esses “intérpretes”, africanos letrados que trabalhavam junto aos missionários ingleses, produzindo basicamente poemas e hinos religiosos.

Através do processo de descolonização, surgem novos nomes, autores que na maioria das vezes acabam por completar sua formação intelectual fora da Nigéria. As obras poéticas desse período abordam duas temáticas que mobilizavam

as ansiedades culturais dos intelectuais africanos: por um lado, a história dos povos africanos como resposta ao mito europeu de que a África seria um continente sem passado e, por outro, a viagem interior dos escritores que eram educados no exterior segundo valores ocidentais e que, ao regressarem, sofrem rejeição tanto do estrangeiro quanto dos próprios africanos, que já não os veem como legítimos representantes da terra.

Segundo Resende (2013), o fator decisivo para o impulso da atividade literária na Nigéria foi, a publicação de *Things Fall Apart*, em 1958, por Chinua Achebe, considerado o autor que efetivamente deu início à tradição literária na Nigéria. Apenas durante a guerra civil a produção romanesca naquele país vivenciou um período de estagnação. Diversos outros nomes se destacam nesse cenário: Christopher Okigbo, Cyprian Ekwensi, Elechi Amadi, Flora Nwapa, John Munonye, Vincent Ike e, mais recentemente, Chimamanda Adichie. Muitos outros compõem um elenco de novos escritores provenientes principalmente da região sudeste da Nigéria.

Segundo Nunes (2016), Chimamanda Ngozi Adichie é uma autora que, em grande medida, representa uma nova geração de autores nigerianos que estão escrevendo a partir do que chamam de diáspora nigeriana. Trata-se de autores nascidos entre os anos 60 e 70 e que fizeram seus estudos superiores nos Estados Unidos ou na Inglaterra, tais como Mohamed Umar (autor de *Amina*), Uzodima Ewala (*Beasts of no nation /Feras de lugar nenhum*), Ben Okri (*The famished Road*), ou Chris Abani (*Graceland*), dentre tantos outros, e que estão voltando o olhar à terra natal para contar ao mundo uma outra visão da história, que vai em contraposição tanto ao discurso nacional nigeriano quanto às expectativas do que o ocidente espera ouvir de um escritor(a) nigeriano(a). Chimamanda Adichie dialoga, em sua obra literária ou ensaística, direta ou indiretamente, com autores predecessores que pavimentaram seu caminho em busca de uma outra história possível, de histórias plurais, longe de uma história única, perigosa e redutora.

O projeto literário da escritora nigeriana está inserido num contexto mais amplo do cenário da literatura nigeriana contemporânea produzida em língua inglesa. Como projeto literário, a referência é a todo um conjunto de reflexões e posturas assumido pela autora ao escrever seus textos de ficção e também às ideias declaradas por ela em entrevistas e palestras. Adichie reflete com frequência sobre

sua prática e repensando muitos de seus conceitos sobre africanidades, feminismo, leitores, criatividade, autenticidade, África, entre outros.

De acordo com Nunes (2017), algo que muito intriga a crítica literária em relação ao trabalho de Chimamanda Adichie é o fato de ela ter conseguido escrever com bastante lucidez sobre um evento que não vivenciou diretamente, mas cujas diferenças políticas foram capturadas de modo a trazer o leitor para dentro da narrativa e levá-lo a se identificar com personagens como Olanna, que deixa uma vida burguesa de luxo em Lagos, para morar com o namorado, Odenigbo, um professor universitário e revolucionário da Universidade de Nsukka; ou mesmo com a mulher de negócio, a intrigante Kainene, irmã gêmea de Olanna, que prossegue com os investimentos do pai em Port Hartcourt. Vidas acadêmicas, artísticas, domésticas e políticas entram no palco da narrativa de Adichie, vidas que foram prejudicadas pelo advento da guerra.

A trajetória de Chimamanda Ngozi Adichie se apresenta como um importante arquétipo da eficácia da história oral e de seus métodos de transmissão. Analisando melhor, podemos perceber que toda iniciação que a escritora teve em seu seio familiar sobre a história de Biafra, numa perspectiva de dentro, transborda em sua narrativa. Quando percebemos como funciona a transmissão oral da história, percebemos o quanto a história de vida da jovem Chimamanda Adichie está circunscrita nesse meio. A trajetória da autora comprova a frase de Vansina (2009, p.158) que diz que “O corpus da tradição oral é uma memória coletiva”.

Em sua obra intitulada *Meio sol amarelo*, ela conta sua trajetória em meio a história de Biafra e as perdas que teve no seio da família. Chimamanda deixa sempre explícito que teve também muito o que pesquisar em artigos, romances, arquivos, a fim de obter outros testemunhos das informações que ela tinha em sua memória e compor cada um das personagens e os diferentes planos da narrativa.

Adichie possui uma trajetória intelectual e literária que deve ser contextualizada na história da literatura nigeriana. Em entrevista concedida à rede CNN, no programa African Voices, ao ser perguntada sobre a influência da guerra de Biafra em sua trajetória, ela diz:

Realmente, eu acho que eu simplesmente tenho sido caçada pelo fantasma de Biafra até onde eu me lembro. E eu quero dizer que isso tem provavelmente a ver com meus pais sobrevivendo a ele e os meus avós morrendo. Eu penso particularmente em meu avô paterno. O meu pai falava muito dele quando estávamos crescendo e ainda o faz. E ainda em relação à ideia de não conhecer esse

homem a quem o meu pai descreve como ferozmente moral; por causa da guerra, eu acho que há um sentimento de, para mim enquanto crescia, um sentimento de que oh eu quero entender essa coisa que levou o meu avô (...) Eu tinha raiva de... eu me lembro de pensar: “Eu não posso acreditar que esse tipo, esse tipo aberto de injustiça aconteceu tão recentemente e não existe um reconhecimento coletivo dele. Porque trazer Biafra, as pessoas dizem pra você: “Veja, você está procurando por problemas, deixa pra lá, está no passado”. E tem essa ideia de que podemos ter uma conversa sobre a nossa história. Porque eu realmente sinto muito fortemente que, a menos que nós tenhamos uma conversa sobre o que aconteceu nos anos 70, nós não podemos, simplesmente não podemos ir adiante. (ADICHIE, 2019)

A autora destaca na entrevista que escrever sobre uma ferida nacional e familiar e pessoal não é uma tarefa fácil. Ciente de sua missão enquanto escritora, Adichie confirma que teve de empreender anos de trabalho, fosse ouvindo, escrevendo, lendo e reescrevendo, para poder se sentir pronta para falar ao mundo sobre o que aconteceu em Biafra, para poder dar ao mundo sua versão dos acontecimentos relacionados à guerra. Sua principal motivação foi tentar falar às pessoas da dimensão pessoal, das pessoas comuns, com suas vidas comuns envolvidas, absolutamente transformadas no período de três anos de duração da guerra e, obviamente, nas marcas e consequências que viriam nos anos seguintes.

Existe, assim, um problema a ser sanado e está no campo do indiscutível e do indizível, pois precisa ficar esquecido no passado, para não conturbar ainda mais o presente. Entretanto, ainda de acordo com a autora, não houve uma reação nacional, um pedido de desculpas e/ou mesmo um reconhecimento dos problemas e das graves consequências da guerra na vida dessas pessoas.

Essa importante tradição que vem da memória coletiva de seu povo se traduz na produção literária de Adichie não apenas ao construir as suas histórias a partir de um contexto de guerra mas também quando ela procura retratar temas como exclusão, violência, questões raciais e o papel da mulher.

Portanto percebemos um caráter não apenas literário nas obras da autora, mas também um forte tom crítico e de denúncia em suas obras. O exemplo principal desse caráter se apresenta em sua palestra no evento intitulado TEDxEuston no ano de 2012 que pode ser encontrada no Youtube. A fala de Adichie tornou-se um manifesto ao tratar sobre a natureza feminina no tocante aos seus direitos como seres humanos, permeando a questão de gênero. O discurso teve grande repercussão em nível mundial e abriu caminho para o lançamento de obras como *“O perigo de uma história única”* e *“Sejamos Todos Feministas”*.

### **3.2. A contribuição do Youtube, as plataformas de vídeo e a convergência de mídia**

A história do Youtube é ainda muito recente. Ainda assim rapidamente conquistou um importante espaço junto à cultura contemporânea. A plataforma começou em 2005, foi comprada pelo Google em 2006 e começou a se desenvolver interessada em expandir o mercado de publicidade de vídeos se consolidando como um dos maiores serviços de internet no mundo. Ainda em 2006, cerca de 20 mil vídeos eram carregados diariamente, o serviço possuía cerca de 20 empregados, sendo que quatro eram da universidade de Stanford, que eram responsáveis por identificar como censores os materiais que os visitantes tenham marcado como questionáveis.

Consecutivamente, a partir de 2008 a plataforma se desenvolve tecnologicamente e publicamente a ponto de começar a ser lucrativa para seus usuários. Muitas mudanças são constatadas na plataforma. Primeiramente, de acordo com Burgess e Green (2009), o Youtube deixa de ser um repositório de vídeos, com o slogan “Your digital repository”, seu repositório digital, para dar lugar ao slogan “Broadcast yourself” que significa “transmita você mesmo”, ou seja, deu lugar a uma maior expressão pessoal, seja através de vlogs, ou outros formatos de entretenimento em audiovisual. A cultura participativa passa a ser o principal negócio da empresa.

A plataforma também passa a ser um elemento de ruptura na forma de se fazer negócios na já existente, cultura de massa. Ela passa a fazer parte desse cenário. O Youtube passa a preceder notícias, uma vez que as mídias de massa estavam ligadas a formas antigas de se fazer notícias e conteúdo artístico e de entretenimento e contribui para a transformação em três revoluções na internet:

Primeiro, a transformação da produção de vídeos, possibilitada pela popularização das câmeras digitais (presentes em telefones celulares) e software de fácil uso. Segundo, a força que deu à chamada Web 2.0 – uma tendência definida pela maior participação dos internautas na produção de conteúdo on-line. Terceiro, pela revolução cultural que permite a qualquer pessoa do mundo divulgar na web, sem censura, o conteúdo que produziu.

Já em 2010, o Youtube passa ser uma plataforma potencial para a cidadania cultural cosmopolita, é reconhecido como um espaço onde as pessoas podem representar suas identidades e perspectivas, ou envolver-se com elas. O

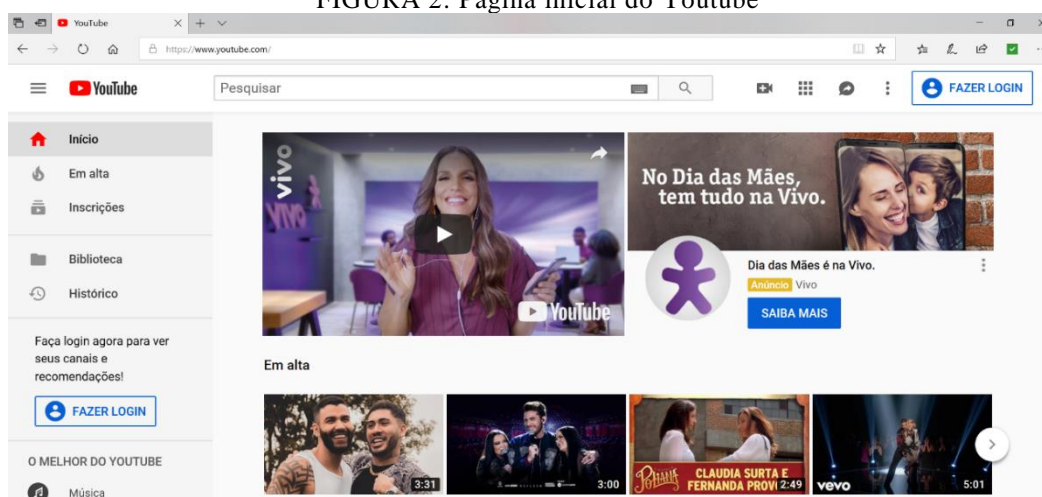
desenvolvimento da cultura participativa contemporânea se dá através do desenvolvimento da cultura de produção de conteúdo que se utilizaram da tecnologia para explicitar conteúdos de seu interesse.

Em 2010, cerca de 35 horas de vídeo eram enviadas ao YouTube a cada minuto. Em 2013, esse número chegou a 100 horas por minuto. O YouTube está em 61 países com o idioma local e soma 1 bilhão de usuários mensais, que assistem o correspondente a 500 anos de vídeos em por dia. A página inicial do YouTube atinge 13 milhões de pessoas por dia, sendo que cerca de 40% de sua audiência recente é feita por acesso mobile, ou seja, através de celulares, smartphones e tablets. (de Sá, Bittencourt, 2014.)

De 2010 até a atualidade, esses números aumentaram exponencialmente e a empresa Google adotou e cada vez mais seus sistemas de inteligência artificial e algoritmização. Não vamos nos ater nesse trabalho às minúcias da evolução e mudanças desses algoritmos, mas pretendemos acompanhar como essa algoritmização impacta a forma como se utiliza a plataforma e as formas das pessoas se relacionarem dentro dela.

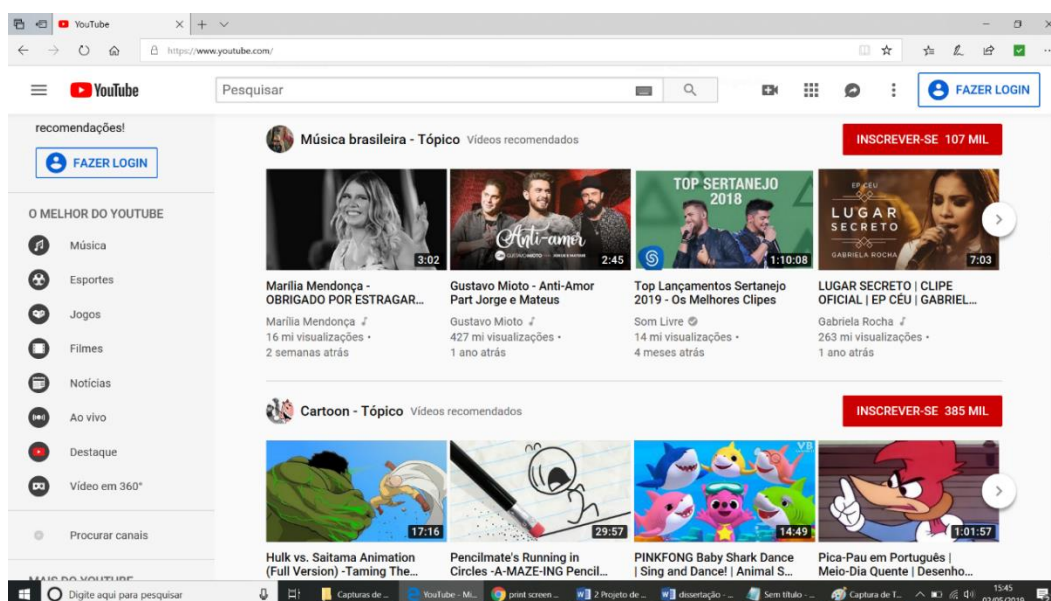
A plataforma se subdivide em diversas sessões. Existe uma barra de rolagem central onde se detectam as primeiras divisões. E ainda uma barra de rolagem à esquerda onde se tem outro tipo de subdivisões, como esportes, notícias, filmes e música.

FIGURA 2: Página inicial do Youtube



Fonte: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)

FIGURA 3: Página inicial do Youtube



Fonte: Youtube.com

As figuras servem como exemplo de quão diverso é o universo do Youtube. Entretanto quando o usuário efetua o seu login outra página multifacetada se apresenta. Primeiramente ao efetuar o login a recomendação já muda pois o google estoca dados do usuário como vídeos, textos, imagens, links, hashtags etc. As plataformas midiáticas online podem ter três dimensões:

“Uma de ordem computacional, dimensão que remete à infraestrutura que suporta o design e o uso específico da plataforma, que podem ser hardwares e sistemas operacionais. A segunda é de ordem arquitetural e diz respeito à estrutura de base para as ações de usuários ou operações específicas dos sistemas informáticos regidos por algoritmos. A terceira dimensão é figurativa abarca as condições de ação e estão para além dos códigos.” (2016, Miranda e Salgado, p 5)

Elas dependem do público para existir. Quando um usuário age escrevendo, clicando ou assistindo, eles as estruturam, permitindo, assim, a comunicação, a interação e comercialização. Segundo Helmond (2015) as plataformas midiáticas on-line capturam, estocam, organizam e redistribuem informações, gerindo dados. A web como um todo passa por um processo de “plataformização” graças aos serviços oferecidos pelo advento das “plataformas de mídia social”, como o Facebook, o Twitter, entre outras, as quais permitem a criação de conteúdos pelos próprios usuários.

Os algoritmos são um conjunto de passo-a-passo ou comandos (protocolos) que servem de base para qualquer sistema computacional ou informático. Quando

se fala de algoritmização das relações sociais nas plataformas digitais, estamos dizendo que esses protocolos estão redirecionados para extrair e gerir dados da forma como nos relacionamos no Youtube.

Essa situação nos coloca num estado de controle, explicitado no texto sobre sociedades de controle por Deleuze. Uma vez que as plataformas midiáticas são um meio de se relacionar, são também um meio de se exercer cidadania. Na sociedade de disciplina vivíamos transitando entre espaços fechados, submetidos a meios de confinamento, como a indústria, família, escola e o hospital. Hoje, na sociedade de controle, enxergamos a crise dessas instituições e vivemos num sistema mais aberto onde temos uma sensação de liberdade e autonomia (DELEUZE, 1992). As barreiras e individualização das instituições foram quebradas e estas passaram a viver interligadas.

Essa liberdade vigiada e controlada nos torna cada vez mais presos e conectados às empresas de informação. Se antes tínhamos certa ideia do quanto estávamos sendo vigiados em 1 ou 2 redes sociais, hoje isso se torna imperceptível e incontrolável, principalmente com os avanços tecnológicos, como os aparelhos celulares com múltiplas funções, os computadores e as múltiplas redes sociais – ferramentas por meio das quais somos submetidos à vigilância e controle.

Nesse sentido, os algoritmos, conforme enfatiza Gillespie (2014), gerenciam as nossas ações em plataformas midiáticas on-line ao destacarem, excluïrem ou tornarem pouco visíveis alguns conteúdos. Esse mesmo mecanismo de visibilidade ou invisibilidade opera em outras plataformas midiáticas on-line, como o Facebook, por meio de seu Feed de Notícias e o Twitter, por meio de sua Linha do Tempo (Timeline). Os algoritmos, portanto, funcionam como “uma composição fluida que, com base nos bancos de dados que armazenam os rastros digitais, exhibe os posts selecionados no momento em que o usuário acessa o seu perfil pessoal” (JURNO, 2016, p. 37)

Podemos dizer que os sistemas de recomendação algorítmica de plataformas midiáticas on-line operam na formação de públicos. Através da ação das pessoas, essa formação ocorre apenas pelo contato e contágio de pessoas com produções textuais e imagéticas (livro, filme, vídeo, fotografia, exposição, texto, espetáculo circense, apresentação teatral, site de notícias, roda de samba, vlog no YouTube etc.). Concluimos que os públicos não precedem os conteúdos, ainda que possam ser antecipados no momento da elaboração de produtos ou serviços, como

um horizonte de expectativa ou consumo a ser alcançado. Os públicos se formam, portanto, apenas no momento em que as pessoas agem.

Como foi dito anteriormente, a cultura participativa é um dos principais fenômenos abarcados pela empresa Youtube para promover a transformação das mídias e engajar usuários. É válido ressaltar que o google promove essa cultura e permite que ela seja possível através de suas ferramentas tecnológicas, mas ela não funciona como um robô, tem de ser o tempo todo alimentada de conteúdo por pessoas, sejam esses conteúdos audiovisuais, ou textuais como títulos, descrições, tags e comentários. “Como empresa de mídia, o YouTube é uma plataforma e um agregador de conteúdo, embora não seja uma produtora do conteúdo em si” (Burgess; Green, 2009, p. 21).

Um dos pontos que é importante ser abordado é a nomenclatura “Youtuber” que acaba, por vezes, limitando o entendimento desse indivíduo no ambiente virtual. Esse termo vincula o produtor de conteúdo exclusivamente ao site YouTube. Assim, isolando o fato de que seu engajamento se dá na relação não somente do conteúdo publicado no site como também em outras mídias digitais, pelas quais interage com a audiência. O termo que encontramos, para essa pesquisa, para abarcar a versatilidade desse indivíduo seria “produtor de conteúdo”. Uma vez que a função não está exclusivamente voltada para a produção de conteúdo, volta meia ele também se torna espectador, mas quando exercendo sua função de produtor de audiovisual, está identificado como “produtor de conteúdo audiovisual no YouTube”

Com o crescente aumento da “fauna” tecnológica, esse “youtuber” que também é usuário de outras plataformas se vê rodeado e vigiado por estes dispositivos. Eles participam da regulação não só do trabalho mas também do lazer, identidades, interesses culturais, desejos e visões políticas. Os espaços urbanos ficam cada vez mais performativos, uma vez que passam a ser constituídos por ambientes inteligentes. Esses ambientes anunciam maior capacidade de responder ao estímulo de usuários em aparelhos tecnológicos ao seu entorno.

De acordo com Camargo, Silveira e Bortoli (2013) é impossível ignorar a reconfiguração sociocultural ocorrida pelo fenômeno da convergência tecnológica e midiática. Para além da convergência, ainda, existem as possibilidades de usuários produzindo conteúdos que se espalham na rede, um espaço, inicialmente, de brechas em relação aos meios de comunicação tradicionais. Informações que

antes seguiam um padrão de apuração, produção e edição, para depois divulgação em um ambiente em que só comunicadores tinham este controle, e hoje, surgem de postagens de uma pessoa em seu perfil na rede social.

Estas afirmações foram surgindo nas últimas décadas e as novas tecnologias, por exemplo, aceleraram o processo de mudança em pontos cruciais das empresas como linhas de pensamento, editoriais que passam a ser reconfiguradas em busca de um modelo de negócios eficiente, com manutenção de qualidade de conteúdo. Tais desafios são apresentados e interpretados por Henry Jenkins nas obras *Cultura da Convergência*, de 2009, e, depois, junto com os pesquisadores Sam Ford e Joshua Green, em *Spreadable Media*, de 2013.

Tal evolução no registro, transporte e circulação da informação resultou em um processo de convergência dos meios. Henry Jenkins, professor de Comunicação, Jornalismo e Artes na Universidade do Sul da Califórnia e um dos principais estudiosos da cultura da convergência, compreende a convergência midiática a partir de uma ótica culturalista – e não meramente tecnológica. Em suas palavras:

A convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. Lembrem-se disto: a convergência refere-se a um processo, não a um ponto final (JENKINS, 2008, p.41).

Podemos concluir dizendo que, atualmente, com a cultura da convergência, vemos narrativas obterem uma potencialização da propagação de mensagens e discursos se comparado a algumas décadas atrás, quando as referências de uma nação inteira eram impostas por quem tinha força e domínio das estruturas que movem um país. Os meios digitais possibilitam quem não tem a oportunidade de integrar esses meios externos a se posicionarem através da internet, alcançando não apenas uma esfera local como tendo a possibilidade de chegarem ao global. Os indivíduos têm uma maior oportunidade de exporem suas conquistas e reivindicarem seus direitos, podem explorar o passado, estar atento ao presente e vislumbrar o futuro. Atualmente, apesar dos embates, conflitos e dissonâncias, temos a chance de assistir uma mulher negra obter conquistas trazendo histórias e narrativas de uma cultura que por séculos foi majoritariamente massacrada.

### 3.3. A viralização de “o perigo de uma história única” e “sejam todos feministas”

Conforme foi dito anteriormente, a era da cibercultura trouxe para a produção literária, artística e cultural como um todo, um novo cenário e outras formas de produção e representação. Artistas, autores e profissionais da cultura utilizam o ambiente virtual para a divulgação de seus trabalhos que quando publicados de maneira eficaz, podem tomar proporções globais. Nas redes sociais, o público interage com os artistas e com suas obras, compartilhando, comentando ou acrescentando suas próprias impressões e significados. Museus utilizam as novas tecnologias para produzir experiências e para digitalizar as obras de arte. E o público pode consultar o seu acervo de qualquer parte do mundo. Dentro dessa perspectiva, as comunidades virtuais são campos em potencial para debates coletivos e participativos. Nesses ambientes, os artistas e seus expectadores possuem interesses, conhecimentos ou projetos em comum e, dessa forma, pode haver entre eles a cooperação ou as trocas de experiências no ciberespaço.

A autora Chimamanda Adichie tem duas obras que são fruto dessa comunicação em rede. A primeira, denominada “O perigo de uma história única”, vem de um evento de palestras chamado *Technology, Entertainment and Design* (TED), posteriormente disponibilizado em vídeo no site *Youtube* em 2009. O TED é uma organização não-governamental (ONG) iniciada em 1984 como uma primeira conferência que abrangesse pesquisadores e interessados das três áreas: Tecnologia, Entretenimento e Design. Desde então, o alcance de seus discursos tem crescido. Com o objetivo de disseminar idéias, a ONG organiza duas grandes conferências anuais, além do site TEDTalks, o TED Conversations, TED Fellows e os programas TEDx produzidos independentemente. Em seus encontros, personalidades, escritores e pesquisadores contam sobre suas idéias em diversos aspectos que tocam o social como um todo, envolvendo os três “mundos” que guiam o nome do evento.

*O perigo de uma história única* é o título da palestra e do livro de Chimamanda em referência à construção do estereótipo de pessoas e/ou lugares, numa perspectiva de construção cultural e de distorção de identidades. Chimamanda trata de uma única fonte de influência, de uma única forma de se contar histórias, de se considerar como verdadeira a primeira e única informação sobre algum aspecto. Os sentidos das falas de Chimamanda abrem a perspectiva

para a compreensão da diferença, do tratamento do africano e seu continente pelo olhar ocidental homogeneizador e da imersão no ato de estereotipar de forma contínua e com discriminação das identidades culturais inferidas pelos inúmeros instrumentos de controle às pessoas. Dessa forma, a autora adquire força cultural e traz o alerta para esses problemas da contemporaneidade inseridos na sociedade.

Após ser postada no site da plataforma (com mais de 25 milhões de visualizações) em idioma original, a palestra, que continua no ar no site, viralizou também no Youtube, onde se pode encontrar o vídeo postado por diversos usuários e com legendas traduzidas em muitos idiomas.

O mesmo aconteceu em 2012, numa nova palestra intitulada em português “Sejamos todos feministas” para o evento TEDxEuston. O vídeo da palestra também viralizou nas plataformas Youtube e TED, apesar de ser um público um pouco menor do que o da primeira palestra. Em 2013, Beyonce utiliza fragmentos desse discurso de Adichie em sua canção “Flawless”, um dos maiores sucessos musicais globais daquele ano. Em 2015, chega no Brasil, o livro *Sejamos todos feministas*, uma adaptação da palestra proferida pela autora. Uma edição de bolso da editora Companhia das Letras com 64 páginas.

De acordo com Barrichello e Oliveira (2010) a expressão “viralizar” vem da expressão “marketing viral”. A palavra “marketing” da expressão está associada à ideia de divulgação de uma mensagem publicitária. O termo “viral” faz um paralelo entre o processo biológico de transmissão de um vírus de uma pessoa a outra no contexto real e o processo de transmissão de uma mensagem de um internauta a outro no contexto digital. O fato de a mensagem poder tomar proporções gigantescas na rede, num processo semelhante à lógica de uma epidemia viral, foi o que deu origem à expressão. Marketing viral, portanto, é o processo de divulgação de uma mensagem publicitária, baseado no seu poder de contágio por pessoas próximas, como se fosse um vírus. A propagação em larga escala da mensagem só acontece por meio de uma ação colaborativa intensa dos indivíduos nas redes sociais.

Gladwell (2002), explica o que chama de “epidemias sociais”. O autor sugere que ideias, produtos, mensagens e comportamentos se espalham como vírus. Esta relação se dá a partir de três características. Primeiramente, observa a capacidade de contágio existente tanto em vírus quanto em ideias. Em seguida, aponta para o fato de que uma ação, embora pequena, pode gerar um grande

impacto. Enfim, denomina ponto de virada o momento em que ocorrem mudanças de maneira drástica, ou seja, o efeito da viralização.

Podemos perceber que ações de marketing como essa, unidas a fortes movimentos sociais como a questão feminista e a questão racial podem ter resultados muito positivos no ponto de vista da comunicação e do consumo. O renovar das práticas comunicacionais e do meio digital pode romper barreiras, possibilitando o crescimento desses movimentos. A partir da dinâmica da globalização e das práticas de marketing viral, feministas, de diversas partes do mundo hoje podem ter acesso ao discurso da autora Chimamanda Adichie, proporcionando assim, um ativismo digital que supera as barreiras da distância. A plataforma *Youtube* é uma das ferramentas que auxilia no desenvolvimento do movimento, havendo diversos canais feitos por mulheres que possuem o objetivo de trabalhar essa temática ao mostrar as suas realidades. Os vídeos produzidos apresentam simplicidade ao expor situações cotidianas, mas são inovadores ao abranger o conteúdo, possibilitando a identificação por parte do seu público.

Nesse novo cenário, as mulheres estão conscientizando outras, divulgando novos olhares sobre as suas realidades, criticando e expondo o machismo enraizado na sociedade, produzindo discursos que buscam a igualdade entre os gêneros. Desta forma, o *Youtube* é utilizado para divulgar a necessidade da luta pela equidade, conscientizando e fornecendo um espaço de fala àquelas que foram caladas por décadas.

### **3.4. A trajetória de Conceição Evaristo**

Em 1946, em uma favela na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, nasce Maria da Conceição Evaristo de Brito. Após ter se formado na escola no início da década de 1970, mudou-se para o Rio de Janeiro para ingressar no magistério público. No Rio, Conceição encontrou um movimento negro cada vez mais intenso, em consonância com um momento histórico marcado pela luta da população negra norte-americana por direitos civis e pelos movimentos de descolonização dos países africanos. (MACHADO, 2014).

Evaristo iniciou a graduação em letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1976, interrompida em 1980, por conta do nascimento de sua filha Ainá, e concluída no ano de 1989. Durante a década de 1980, Conceição participou do

grupo Negrícia: poesia e arte de crioulo. O grupo atuava realizando recitais de textos literários em favelas, presídios e bibliotecas públicas, entre outras atividades. Em 1990, Conceição publicou seu primeiro poema nos cadernos negros, editados pelo grupo paulista Quilombhoje. Desde então, publicou diversos poemas e contos nos cadernos, além de dois romances (2003, 2006), uma coletânea de poemas (2008) e um livro de contos (2011).

Atualmente, Conceição Evaristo é acadêmica, escritora, poetisa, romancista e ensaísta. Ganhou um prêmio Jabuti em 2015 como personalidade literária do ano, além de outros prêmios como o Faz a Diferença e o prêmio Cláudia em 2017. A autora é mestre em literatura brasileira PUC-Rio e doutora em literatura comparada pela UFF. Assim, além da obra literária, ela também tem produzido reflexões de cunho acadêmico sobre literatura negra brasileira e literatura africana.

Em entrevista para o canal de notícias BBC (2018), Conceição Evaristo diz ter tido um reconhecimento profissional bastante tardio, apenas aos 71 anos de idade. Sua primeira obra “Becos da memória” ficou guardada por 20 anos pois não era aceita pelas editoras para as quais ela enviava. Segundo Evaristo, o texto literário carrega a nossa subjetividade na própria narrativa. A temática negra, principalmente quando trabalha com identidade negra, não é muito bem aceita.

O projeto literário de Conceição Evaristo tem um conceito estético denominado pela autora de Escrevivências. A expressão vem do idioma bantu e da linguagem oral. O conceito estético da autora nasce desse processo ligado a história dos africanos nas américas e relacionado a figura da mulher que foi escravizada na casa grande. Em entrevista para o programa Folhetim, da rádio universitária da UFRGS (2018), Conceição explica que seu conceito estético não é uma escrevivência para o adormecer da casa grande e sim para acordá-los dos seus sonhos injustos.

Segundo a escritora, existem uma gama de estereótipos da população negra na literatura brasileira que inclusive fizeram parte da sua história de leituras como elementos essenciais para sua formação. Entretanto, as “Escrevivências” tem por objetivo desconstruir esses estereótipos através da escrita de vivências da autora e o que ela enxerga nas mulheres negras. A estética do projeto também é carregada de palavras provenientes do falar africano, do falar indígena e seus mitos. Para ela, essa é uma maneira de se prostrar no mundo e afirmar que a linguagem do cotidiano

brasileiro é abarrotada de misturas e diversidade, “se nós somos um país diverso, nós temos uma literatura diversa” (EVARISTO, 2018).

Segundo Evaristo, a grande maioria dos personagens negros ficcionalizados não retratam os sentimentos profundos de uma mulher negra. Ela dá exemplos desses personagens e cita Rita Baiana e Gabriela Cravo e Canela. De acordo com Conceição, tais personagens são tratadas como objetos sexuais e reforçam o comportamento racista da sociedade ao retratar a mulher negra a partir da perspectiva da hipersexualização.

Conceição Evaristo (2018) diz também que o lugar de nascença de sua literatura não é na literatura brasileira tradicional. O seu primeiro contato não foi com livros, foi com a literatura oral. Para ela, a grande riqueza de um povo é a possibilidade da fala. As palavras, escritas ou não, podem ser extremamente libertadoras e a leitura e a escrita também são objetos de desejo das classes populares. Para a autora, o sujeito que sabe escrever tem poder. Um sujeito analfabeto tem consciência do processo de exclusão que ele sofre. Além disso, trazer a dinâmica da oralidade para o texto literário conquista o público que não lê, pois ele passa a se reconhecer.

Segundo a autora, as ações afirmativas que foram construídas pela sua geração, trouxeram benefícios para a juventude de hoje que tem a sorte de ter mais referências de pretas e pretos em diversas áreas. Para ela, temos atualmente uma juventude negra e de periferia bem corajosa. E exemplifica: “No curso de letras os únicos autores negros que tive de referência foram Machado de Assis, Lima Barreto e Cruz e Souza. Todos os outros autores negros conheci dentro de movimentos sociais.”

Conceição afirma ainda na entrevista concedida a UFRGS que por conta da sensibilidade de muitos professores e acadêmicos, várias outras autoras e autores negros estão chegando como objeto de pesquisa. Para ela, o papel da academia nessa construção da equidade racial e de gênero é pensar que a academia enquanto espaço de produção de conhecimento deve ter a primeira atitude de ouvir. “Existe uma relação de troca, mas ainda é uma relação de troca injusta. Não adianta só ter cotas para negros é preciso incorporar autores negros. É preciso ter habilidade de lidar com novos textos. A academia precisa estar aberta para o novo.”

Ao receber o prêmio Jabuti 2015, a autora disse em seu discurso estar recebendo um “prêmio de solidão”, pois, ao olhar em seu entorno ela não enxergava

peessoas negras. “No meu entorno eu não via outros negros sendo contemplados, eu não via pessoas negras representando as editoras, eu não via pessoas negras conferindo os prêmios e eu não via outras pessoas negras em posição de destaque.” Evaristo acredita que sua trajetória deve servir para buscar outras trajetórias que estão produzindo. Ela diz não querer ser tratada como excepcionalidade. “Assim como a historia do Brasil “esqueceu” de contar determinados fatos da trajetória dos africanos, a literatura “esqueceu” também de compor personagens que possam estar mais próximos da realidade.”

Em 2018, de acordo com o site Intercept Brasil, em razão de uma provocação jornalística que dizia “faltar pretos na casa de Machado de Assis” e também devido a uma carta-manifesto publicada pela pesquisadora Juliana Borges, surgiram dois abaixo assinados pedindo a entrada de Conceição Evaristo na Academia Brasileira de Letras (ABL).

Em dois dias, a petição conseguiu mais de 6,5 mil apoios e ao longo da campanha de Evaristo, mais de 40 mil assinaturas. A autora diz que decidiu entrar na disputa devido ao apoio da mídia e do público. Foi criada inclusive uma hashtag em prol da candidatura da autora nas redes sociais: #conceicaoovaristonaaabl.

Oficialmente, a disputa teve 11 candidatos. Mas, desde o princípio, só dois nomes tiveram chance de fato. Evaristo seria a primeira escritora negra na casa e sua improvável vitória teria significado histórico apenas comparável à eleição de Rachel de Queiroz, a primeira mulher a integrar a ABL em 1977. Ela ocuparia ainda a cadeira 7, cujo patrono é o poeta e abolicionista baiano Castro Alves. Atualmente, há cinco mulheres e somente um negro entre os 39 acadêmicos.

De acordo com a Intercept Brasil, alguns acadêmicos interpretaram a movimentação em torno do nome de Conceição Evaristo como uma forma de pressão. Outros chegaram a se dizer “intimidados” com o alvoroço provocado pelas pessoas nas redes sociais e mídia. Após o abaixo-assinado, a ABL passou até a receber ligações em sua sede questionando o processo decisório e a paridade entre homens e mulheres na casa.

A intensificação da “dupla função” de escritora e acadêmica concedeu à Conceição uma posição de prestígio, mas a condição de gueto imputada à literatura negra dentro da literatura brasileira tradicional faz com que esse prestígio não signifique necessariamente privilégio. Isso fica claro quando observamos os processos de produção editorial dos livros lançados por Evaristo. É possível

perceber como o envolvimento de uma série de agentes no processo de produção editorial das obras de Evaristo pode se dar na base das relações interpessoais.

O primeiro romance da autora, *Ponciá Vicêncio*, de 2003, é ainda sua obra mais conhecida e difundida, tendo uma reimpressão em versão de bolso e uma tradução para a língua inglesa. A editora, Mazza, foi procurada por Conceição para realizar a edição:

“A Mazza eu já conhecia há anos, a pessoa Mazza, a dona da editora, porque ela é mineira, eu também. (...) A editora Mazza teve uma importância muito grande na história do movimento negro porque foi a primeira editora a trabalhar [especificamente] com autores negros. Então eu (...) resolvi perguntar se ela não queria publicar Ponciá Vicêncio. Só que a Mazza não é uma grande editora, quer dizer, hoje está até maior, mas naquela época não era uma grande editora. Então na verdade ela aceitou publicar, mas eu tinha que bancar. Então eu fiz um empréstimo bancário, levei mais de um ano pagando, no vermelho, e publiquei Ponciá Vicêncio” (EVARISTO apud MACHADO, 2013: s.p.).

Segundo Machado (2014), não é difícil constatar que existem dificuldades enfrentadas pela autora ao percorrer certos caminhos editoriais para publicar suas obras, apesar da importante posição que ela ocupa no campo intelectual negro. Isso acontece porque ser uma escritora negra brasileira prestigiada significa estar numa condição de escritora negra no Brasil, isto é, “ocupar um lugar importante dentro de um campo que, por sua vez, está em uma posição subalterna no campo mais amplo da literatura brasileira.”

No mesmo ano de publicação do romance *Ponciá*, foi promulgada a lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas do Brasil. Diante da boa recepção da crítica literária e da importância cada vez maior que Conceição adquiria no campo acadêmico, o romance passou a integrar a bibliografia indicada para o vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais em 2004. O sucesso do romance, fez com que a Mazza a convidasse também a lançar *Becos da Memória*, livro escrito por Evaristo em 1988, ano do centenário da abolição da escravatura.

Em 2008, após a publicação de *Becos da Memória*, a autora lançou pela editora Nandyala, a coletânea *Poemas de recordação e outros movimentos*, edição que novamente ela teve que bancar integralmente. Quando questionada do porquê da mudança de editoras, Evaristo afirma que, além de querer diversificar sua experiência de publicação, era uma forma de fortalecer uma nova editora voltada para a temática afro-brasileira. Em 2011, Conceição publicou uma coletânea de

contos também pela Nandyala chamada *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, tendo bancado 60% da produção, de modo que o restante ficou a cargo da editora.

Machado (2014) considera sintomático que Conceição Evaristo tenha ainda que pagar por parte da edição de seus livros. Essa conjuntura revela o lugar de gueto que a literatura negra ainda ocupa dentro do campo editorial em geral, bem como a posição problemática da literatura negra em relação à literatura brasileira tradicional.

O historiador francês Roger Chartier, que trabalha com a história do livro, da edição e da leitura, afirma que, desde o século XIX até recentemente, as editoras têm sido caracterizadas por uma “natureza pessoal”, segundo a qual os editores “imprimem uma marca muito pessoal à sua empresa”, inventando “novos mercados novos ‘nichos’, diríamos hoje” (Chartier, 1999, p. 51-52).

Em relação a essa natureza pessoal, Machado (2014) afirma que “tanto a editora Mazza quanto a editora Nandyala são reconhecidas pelos escritores e pelos leitores em relação à personalidade da pessoa-editora, respectivamente as intelectuais negras mineiras Maria Mazarello Rodrigues e Íris Amâncio.” As duas editoras foram fundadas com o objetivo de oferecer um espaço editorial previamente inexistente ou bem pequeno para difundir textos sobre assuntos afro-brasileiros e de autoria de pessoas negras. A especificidade de pequenas editoras como a Mazza e a Nandyala é seu recorte temático de cunho político. Elas enfrentam uma reconfiguração recente do campo editorial, na qual figuram as grandes editoras que Chartier caracteriza como “empresas multimídia, de capital infinitamente mais variado e muito menos pessoal” (Chartier, 1999, p. 51-52).

Essas grandes empresas editoriais trabalham com outra lógica de mercado, sem uma definição política e ideológica pública, como no caso das editoras negras. A classificação oferecida por Gustavo Sorá (1997) contribui para caracterizar esses dois tipos de editoras: de um lado, as “empresas comerciais”, “orientadas por investimentos seguros a curto prazo”; de outro, as “empresas culturais”, “orientadas por investimentos arriscados a longo prazo”. Essa diferença está presente nos gêneros tratados, nas concepções de autor, nas tiragens, nos estilos de lançamentos de títulos, nos circuitos de difusão utilizados, nas estratégias de reedição e, fundamentalmente, nas formas de adquirir textos, de se relacionar com os escritores, com seus leitores e com os leitores que pretendem alcançar. (Sorá, 1997, p. 154).

Podemos considerar, portanto, que a análise da forma como são publicadas as obras de Conceição Evaristo, nos ajuda a compreender melhor como as editoras negras enquanto empresas culturais, considerando a concorrência com as empresas comerciais, surgem. Podemos perceber que o mercado editorial é, antes de tudo, um mercado onde as empresas editoriais comerciais tradicionais permanecem com vantagens muito maiores para materiais de produção e circulação.

### **3.5. A trajetória de Djamila Ribeiro**

Djamila Taís Ribeiro dos Santos nasceu na cidade de Santos, São Paulo e é graduada em filosofia (2012) pela Universidade Federal de São Paulo e mestra em Filosofia política (2015) pela mesma instituição. Em maio de 2016, foi nomeada secretária-adjunta de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo, durante a gestão do prefeito Fernando Haddad. Em 2015, escreveu o prefácio do livro até então inédito no Brasil “Mulheres, raça e classe” da filósofa negra e feminista Angela Davis. É autora dos livros: “Lugar de fala” (2017), “Quem tem medo do feminismo negro?” (2018) e “Pequeno manual antirracista” (2019). Foi indicada ao prêmio Jabuti de Humanidades e agraciada com o prêmio Prince Claus Award 2019, devido à importância de sua produção cultural. Em 2019, foi eleita pela BBC uma das 100 mulheres mais inspiradoras e influentes do mundo.

De acordo com entrevista dada a revista de Hermenêutica e Fenomenologia Ekstasis (2019), Djamila iniciou o contato com a militância ainda na infância. Uma das grandes influências foi o pai, estivador, militante e comunista, um homem que mesmo com pouco estudo formal, era culto. “Desde muito cedo, eu e meus dois irmãos vivemos nesse meio. Com seis anos, já íamos para atos. A gente debatia esses temas em casa, e meu pai nos fazia estudar a história do nosso povo”, relembra. O movimento feminista entrou na vida da filósofa aos 19 anos, quando conheceu a ONG Casa de Cultura da Mulher Negra, em Santos, onde trabalhou por cerca de quatro anos. Lá, teve contato com obras de feministas e de mulheres negras e passou a estudar temas relacionados a gênero e raça (Revista VICE - 18 de novembro, 2016).

Djamila é colunista e autora de textos publicados na Carta Capital, no site Blogueiras Negras e na Folha de S. Paulo. A autora tem forte presença no ambiente digital, onde se tornou uma importante referência sobre feminismo negro. Ela se

posiciona contra a estrutura hegemônica de conhecimento e informação que não dá visibilidade as vozes das mulheres negras e torna inviável as suas produções. Djamila Ribeiro também é conhecida por usar a mídia, a internet e os meios digitais para ampliar o alcance de sua voz e levá-la para muitos leitores e leitoras, além de essencialmente ter assumido o trabalho de publicar, através do Selo Sueli Carneiro, a Coleção Feminismos Plurais, um conjunto de obras filosóficas e literárias brasileiras e de tradução de produções estrangeiras, sobretudo feita por mulheres, em especial negras, indígenas, LGBTQI+, latinas e caribenhas da qual Djamila é também coordenadora.

A Coleção Feminismos Plurais, coordenada por Djamila Ribeiro, destina-se à disseminação de conteúdo crítico produzido por pessoas negras, sobretudo mulheres, a preço acessível e linguagem didática, como forma de construir instrumentais para compreender a realidade e debates profundos no país. Inaugurada com “Lugar de Fala”, obra escrita por Djamila, a Coleção reúne até o momento são sete títulos publicados – “Encarceramento em Massa”, por Juliana Borges; “Empoderamento”, por Joice Berth; “Racismo Estrutural”, por Silvio Almeida; “Interseccionalidade”, por Carla Akotirene; “Racismo Recreativo”, por Adilson Moreira e “Apropriação Cultural”, por Rodney William. Além disso, autoras e autores da Coleção têm realizado eventos e consultorias nas cinco regiões do país, com dezenas de milhares de livros vendidos. Desde 2019, a Coleção passa a ser publicada em parceria do Selo Sueli Carneiro com a Pólen Livros. (SITE FEMINISMOS PLURALS, 2021)

Djamila Ribeiro participa também, constantemente, como pensadora de eventos literários, empresariais e midiáticos, debates, entrevistas e outras ações que envolvam debates de raça e gênero, mantendo de forma frequente o seu nome em destaque no que tange a questão do feminismo e da mulher negra.

Conforme dito por Djamila em entrevista a Revista Ekstasis, toda essa presença dela no ambiente digital e fora dele, na mídia e na militância, é de extrema necessidade, pois o cenário do debate público brasileiro foi composto majoritariamente por homens brancos e, mesmo com a mudança de paradigma no que tange as mudanças e melhorias de políticas públicas para as negras e negros, essa composição do debate público não mudou muito. De acordo com uma pesquisa da Universidade de Brasília (UnB), coordenada por Regina Dalcastagnè, 70% dos livros publicados no Brasil entre 1965 e 2014 foram escritos por homens. Desse percentual, 90% são brancos do eixo Rio-São Paulo. Trata-se de uma pesquisa importante para entender que quando falamos em lugar de fala estamos a falar justamente de lugares de apagamento e inexistência, de um lado, enquanto, de

outro, há o sequestro do debate e hegemonia plena das vozes em razão da cor, classe, gênero e região geográfica. E o campo do debate público é um desses espaços.

Por isso, quando pessoas negras, sobretudo mulheres negras, desafiam essa norma posta, como vêm fazendo há gerações e, por isso, nos últimos anos houve uma ampliação no espaço de debate, o resultado é a transformação desse espaço. Djamila participou por diversas vezes de embates importantes sobre as questões de gênero e raça no espaço público e na mídia, o que não só tomava seu tempo, mas proporcionava desgastes e momentos difíceis para a autora em termos de saúde. Sobre isso, ela diz:

No meu caso, os riscos por essa luta foram, na verdade, a sobrecarga que tive com todo o desgaste mental, físico e espiritual que essa disputa de narrativa constante no espaço público me trouxe. 2019 terminou de uma forma gloriosa, com o Prêmio Prince Claus, mas também foi um ano em que fiz, ao todo, 154 eventos, nas cinco regiões do país e em mais de oito países. Juntam-se a isso os dias necessários para chegar e partir do local do evento, outros dias de trabalhos em livros, artigos e entrevistas, para dimensionarmos o que foi esse ano, sem contar todo o trabalho de rede social. Minha trajetória na academia foi uma caminhada solitária, muitas vezes, até a obtenção do Mestrado. Hoje falo abertamente sobre minha dissertação, falo sobre como tive que mentir para ter o projeto aprovado. Falo sem culpa. Passei toda uma graduação sem ter sido me apresentada nenhuma mulher filósofa branca, o que dirá negra. À época que fiz o projeto, falar em feminismo negro seria o mesmo que entregá-lo à reprovação. Então, apresentei que faria o estudo comparativo entre Beauvoir e Butler e, quando foi aprovado, mudei completamente o projeto. Quem lê somente o título pode se surpreender que a maior parte do trabalho é discutir a perspectiva filosófica feminista negra, sobretudo, o pensamento de Audre Lorde.

A trajetória de Djamila é preenchida de militância. Ela cita diversas autoras e autores que influenciam e influenciaram sua jornada acadêmica, mas que ela não conheceu na academia e sim nos movimentos sociais. Ela começou estudando o que, na academia brasileira, não era tido como filosofia e teve que desafiar algumas barreiras até que seus estudos fossem aceitos enquanto ciência, sobre isso Djamila diz:

“Beauvoir é apenas um exemplo da grande maioria das pensadoras com as quais trabalho que não foram me apresentadas na academia. No campo internacional, bell hooks, Patricia Hill Collins, Grada Kilomba, Angela Davis, como no campo nacional, como Sueli Carneiro, Lélia González, Conceição Evaristo, Neusa Santos, entre tantas outras, fui conhecê-las na militância, sobretudo na biblioteca Carolina Maria de Jesus, que ficava na Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos”. (Entrevista a Revista Ekstasis, 2019)

De acordo com a Ekstasis (2019) o ambiente acadêmico ainda convive com o chamado “pacto narcísico da branquitude”, uma tecnologia do racismo onde pessoas brancas dominam os meios de produção, se protegem, se premiam e se aplaudem, de forma a excluir um regime discursivo diferente ao que está em destaque. Entretanto, para Djamila Ribeiro, as constantes políticas públicas na educação que proporcionaram que mais jovens negros e negras pudessem estar pesquisando; os professores e professoras aliados da luta antirracista que contemplam a diversidade crítica de raça e gênero e os grupos de pesquisas que são formados voltados à construção e disseminação de outras vozes, têm mudado esse cenário de forma muito positiva.

Segundo Siqueira (2018) na revista *Lampejo*, um dos principais conceitos tratados por Djamila Ribeiro é o lugar de fala, o qual surge contra toda forma de silenciamento instituído pelo racismo estrutural e se refere a um lugar que não é imutável, mas que na verdade se torna mais profundo conforme a opressão aumenta. No caso, mulheres negras são mais vulneráveis do que mulheres brancas; mulheres lésbicas e transexuais são mais vulneráveis do que mulheres heterossexuais e assim por diante. A condição da mulher é diferente da condição masculina e a pensadora destaca, sobretudo, que as necessidades das mulheres negras devem se apoiar em um discurso próprio, pois elas sofrem as opressões mais violentas. Segundo a filósofa, é essencial reconhecer que todo discurso é histórico e político, jamais um amontoado de palavras ou um processo puramente interno. Para ter sentido, a fala depende da situação vivida e, por essa razão, o lugar de fala legitima o próprio direito de existir, formando um conceito fundamental para colocarmos no centro as existências que foram mantidas apenas nas margens da história.

O conceito *Lugar de fala* é também título de um dos livros da autora e foi o primeiro lançamento da coleção *Feminismos Plurais*, organizada por ela e pelo grupo editorial Letramento. A coleção de livros que conta com organização e escrita de mulheres negras e indígenas e de homens negros propõe uma narrativa que interrompe o padrão patriarcal, racista e heteronormativo ainda presente na sociedade brasileira. Em 2019, a coleção foi relançada pela editora Pólen Livros. “O que é lugar de fala?” se tornou um *bestseller* com mais de 50 mil cópias vendidas e foi o segundo livro mais vendido na edição de 2018 da Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) e o nono mais vendido na edição de 2019. Após ser traduzido para o francês, no mês de julho de 2019, Djamila anunciou a assinatura

de contrato para a tradução do livro para o espanhol. A autora tem, ainda, uma parceria com o Portal “Justificando”, um site com conteúdo variado e descontraído, o que diz muito da proposta e estilo de escrita da sua obra de Djamila Ribeiro. Pelo fato de estar sempre presente na mídia, ela é conhecida também por ser uma filósofa pop, com linguagem simples e acessível.

Para concluir, podemos dizer que a popularidade de Djamila Ribeiro não se restringe apenas às redes sociais: a jovem e experiente filósofa brasileira tem percorrido o país e o mundo ministrando falas que abordam problemáticas relativas à sociedade contemporânea. Negra e feminista, ela traz discussões indispensáveis sobre a condição das mulheres negras e periféricas, embora algumas de suas reflexões também se traduzam a favor de toda pessoa que se identifique com o gênero feminino. Além disso, a pensadora é atuante em diversas questões sociais, em especial, diante de experiências que temos vivido no Brasil em relação a estas questões: racismo, identidade, vida pública, novas epistemologias, relações de domínio, cultura, linguagem e ética.

### **3.6. O empoderamento de mulheres negras na contemporaneidade e desdobramentos no mercado editorial**

O empoderamento é um conceito que tem sido muito usado e discutido atualmente, principalmente por movimentos feministas e na luta antirracista. De acordo com Silva (2017) o termo empoderamento tem origem na palavra norte-americana empowerment, que possui o significado, no Brasil, de “dar poder” a alguém. Fazendo uma varredura por alguns sites, percebemos que ao empoderamento são atribuídos diversos sentidos e, na maioria das vezes, associado ao termo em inglês. Entre tantas definições, o significado de empoderamento é concatenado às descentralizações de poderes, às relações de poderes dentro da sociedade ou parte da ideia de dar às pessoas o poder, a liberdade e a informação que lhes permitem tomar decisões e participar ativamente da organização.

O aumento do uso do termo empoderamento se inicia nos movimentos emancipatórios que resultaram em reformas institucionais, surgidos nos anos de 1960, nos Estados Unidos. Entre esses movimentos o mais conhecido é o Partido Panteras Negras, fundado em 1966, na cidade de Oakland, Califórnia. Segundo Chaves (2015), na perspectiva dos estudos afro-americanos, o partido estava vinculado “a um projeto de busca da unidade e do orgulho racial característico da

negritude” (CHAVES, 2015, p. 359). Entretanto, o empoderamento é associado aos processos de desenvolvimento apenas na década de 1970, concentrando sua atenção na relação entre poder e pobreza. Logo, é no contexto de desenvolvimento e combate à pobreza, que o termo chega ao Brasil, e é apropriado por ONGs, militantes, movimentos sociais e organizações financeiras. De acordo com Romano (2002), isto aconteceu também porque o Brasil possui o maior índice de desigualdade do mundo, causa da pobreza e exclusão social. O autor diz que dar poder à população menos favorecida oportuniza a conquista de direitos de cidadania. Dessa forma, o empoderamento é tido como um processo de conquista de direitos à cidadania que possibilita o indivíduo atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos.

“o empoderamento não pode ser algo auto centrado dentro de uma visão liberal, ou ser somente a transferência de poder, é além, significa ter consciência dos problemas que nos aflige e criar mecanismos de combatê-lo. Quando uma mulher empodera a si tem condições de empoderar a outras. (DJAMILA RIBEIRO, 2015, s/p).”

De acordo com Vasconcelos (2003), o conceito do termo empoderamento pode ser encontrado em meio a embates políticos e debates teóricos. É um conceito que pode ser utilizado de modo flexível, de acordo com a necessidade e o corpo ideológico de cada grupo social que dele se apropria. Os debates referentes aos seus sentidos desse conceito que pode variar constantemente têm a importância de não se olhar exclusivamente por uma perspectiva individual, mas atentar para o fato de que só há empoderamento se houver transformação pessoal atrelada a mudanças estruturais.

Para Marinho e Gonçalves (2016) o processo de empoderamento tem lugar no campo do pessoal, da comunicação entre subjetividades e da política, o que significa que o empoderamento só é possível quando reconhece e atravessa todos esses fatores e também quando percebe que as relações mútuas entre macroestruturas e sujeitos individuais e coletivos podem existir. O poder é pensado como passível de redistribuição pelos grupos em vez de ser pensado de forma individual. Não se ignora que exista uma experiência subjetiva de empoderamento, mas esta é sempre incluída em um contexto político amplo.

A concepção que discute o conceito de empoderamento na língua inglesa é fundada em Paulo Freire (2011) e parte da premissa de que a desconstrução das relações sociais de poder pode acontecer por meio de uma educação libertadora. Entretanto, o próprio Paulo Freire é enfático em relação aos riscos no uso desse termo, que pode remeter a um processo simplista e individual de transformação. Ele diz que as transformações devem ser mais amplas para se falar em empoderamento. A perspectiva freireana é essencial para que se compreenda o processo de empoderamento em um sentido amplo. Ela demonstra que os processos de empoderamento são políticos, contextualizados e visam a mudanças sociais.

Outro conceito que é muito pertinente quando se discute poder e empoderamento é o estudo desenvolvido pelo filósofo Michel Foucault. A premissa de Foucault (2004) é de que o poder está em todos os lugares e não em um lugar ou grupo pré-estabelecido. O poder está nas relações de sujeitos e grupos, sem oposições entre dominados e dominadores, o poder é uma correlação de forças múltiplas, portanto, para Foucault onde há poder, também há resistência.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2004, p. 193)

A microfísica do poder de Foucault (2004) alerta tanto para a existência do exercício do poder nas relações quanto para a possibilidade de que ele seja exercido por qualquer sujeito, seja na forma de dominação, seja na forma de resistência, como é o caso do empoderamento seja por questões raciais, sexualidade ou de gênero.

Segundo Silva (2017) o empoderamento feminino negro é também um processo de tomada de consciência do sujeito mulher tendo como especificidade a condição racial, que se difere do empoderamento negro abrangendo também os homens negros. Esse processo caracterizou-se pelo conflito existente entre o

emudecer e o protagonismo da mulher negra, possuindo como embate os limites estabelecidos não apenas pela sociedade como um todo, mas, até mesmo, pelas conjecturas concebidas pelo empoderamento negro. Ainda que se trate da questão racial esse movimento ampliado não contempla as necessidades e lutas das mulheres negras em sua especificidade.

Em entrevista para a revista científica *Mandrágora*, Joice Berth (2020), que é feminista interseccional negra, arquiteta e urbanista, pós-graduada em Direito Urbanístico e assessora parlamentar, diz que o conceito de empoderamento lhe é caro e se insere naquela que constitui uma “revolução epistêmica, capaz não apenas de desconstruir, mas de construir, acrescentar, expandir os limites do pensamento impregnado de racismo, que limita o pleno desenvolvimento humano da branquitude”. O conceito de empoderamento, sua genealogia e aplicação, está no centro do livro de sua autoria, “O que é Empoderamento”, o terceiro da coleção “Feminismos Plurais”, voltada à publicação de livros que abordam aspectos e perspectivas feministas, principalmente de mulheres negras e indígenas, coleção essa organizada pela feminista e ativista negra Djamila Ribeiro.

Segundo Joice Berth (2020), o liberalismo aborda o empoderamento numa perspectiva individual e individualista, sendo que, para que seja efetivamente libertador, o empoderamento não pode visar senão o coletivo, embora contemple, necessariamente, também transformações individuais. O coletivo implica reconhecer a existência de diversas opressões, de raça/etnia, gênero, orientação sexual, classe social, nacionalidade, religião, idade, condição física, dentre outras, não hierarquizáveis, quer se cruzem ou não, para além daquelas individuais ou mesmo de um determinado grupo social. Daí o valor da empatia como instrumento político, mas a empatia em face da opressão, não é capaz de produzir, por si só, o empoderamento. Sendo uma construção coletiva, jamais unicamente individual, a crítica radical, o dar a voz a pessoas/grupos sociais afetados pela opressão e a sororidade são, na perspectiva de Joice Berth, alguns dos elementos imprescindíveis à desconstrução das estruturas de dominação em todos os seus aspectos, dentre os quais o social, o cognitivo, o psicológico, o político e o econômico. Ela pontua que não se trata de fornecer instrumentos aos indivíduos e/ou grupos oprimidos, mas destes os obterem por si mesmos, desvendando capacidades adormecidas pelos sistemas de opressão.

Perguntada sobre as principais contribuições da coleção feminismos plurais para as discussões sobre a cultura de branquitude dentro do movimento e da produção teórica feminista, Joice Berth (2020) diz que crê que a principal contribuição da Coleção Feminismos Plurais seja trazer para a visibilidade do grande público os discursos esclarecedores, porém, rejeitados e/ ou subestimados pela produção editorial hegemônica, que é majoritariamente branca. Para ela, o conceito de empoderamento é muito sério e tem um alto potencial emancipatório e de reparação histórica mas tem sido tratado como um discurso de autoajuda.

A coleção organizada por Djamila Ribeiro tem para Joice Berth a importância de evitar que esse esvaziamento de discurso continue transitando livremente, minando as possibilidades de trabalho do conceito, que é absolutamente aplicável. Ou seja, a Coleção, ao dar voz a intelectuais negros/as sérios/ as, das mais diversas áreas de estudo e pesquisa, a leva até as pessoas que buscam conhecimento de qualidade e diversificado.

Após esse estudo de trajetórias de importantes autoras negras da atualidade, bem como a reflexão acerca dos temas que envolvem suas publicações literárias e/ou acadêmicas no mercado editorial, podemos concluir este capítulo dizendo que estamos vivenciando apenas o início de uma revolução epistêmica há muito esperada e que não contribui apenas para a visibilidade do pensamento intelectual da negritude, contribui também para a expansão dos limites do pensamento impregnado de herança colonialista.

## **4. Os eixos do mercado editorial e resistência na área da literatura**

### **4.1. A construção local e global do mercado editorial impresso e eletrônico**

O mercado editorial é um dos eixos que forma a indústria cultural. O termo “indústria cultural” foi cunhado por Adorno e Horkheimer (1985). Eles disseram que a falência das artes humanísticas havia sido acompanhada da transformação em commodities dos bens culturais colocando-os envolvidos em meios de padronização e distribuição de tais produtos numa lógica de consumo capitalista.

Quando tomamos como ponto de partida a indústria cultural na história da comunicação, percebemos que ela teve o seu marco histórico no Brasil em 1922, com o advento do rádio no país. De acordo com Reimão (1996), o rádio da década de 20 se apresentava como um sistema de comunicação de massa composto de revistas periódicas veiculadoras de notícias e “focos” sobre cantores e cantoras, com o teatro de revista, com a indústria fonográfica e, a partir de 1929, com os filmes musicais e as chanchadas nacionais.

Entretanto, a indústria cultural começou a se desenvolver de forma realmente significativa e quantitativa na década de 1960. O lançamento do Jornal Nacional enquanto noticiário televisivo diário, pela Rede Globo de Televisão, em 1969, é tomado como um marco da produção cultural industrializada no Brasil.

Depois de 1960 até 1990, várias partes passam a compor a indústria da comunicação no Brasil, mas a televisão é o componente que mais se destaca. Aqui, a televisão ainda é o mais dominante meio de comunicação de massa. Toda essa presença quantitativa em torno dela se deve ao fato de que ela abraça a maioria das produções da nossa indústria cultural. O rádio e o cinema também têm sua importância e influência, mas de modo secundário se comparados a TV. Contudo, a produção editorial brasileira, como fato comunicacional, parece ser uma das áreas menos estudadas da produção cultural industrializada. Logo, se faz necessária uma breve contextualização do surgimento desse mercado em meio a esse processo de industrialização brasileiro.

Não é novidade para academia que os anos 60 fazem parte de uma era bem conturbada da história política brasileira. Os dados políticos conjunturais e as

amplas questões políticas mundiais da época se apresentaram como “chaves imprescindíveis para a compreensão das variações das preferências temáticas de leitores brasileiros” (Reimão, 1996). Para além de todas as questões políticas, a década de 60 foi também um período onde a sociedade brasileira conviveu com manifestações artístico-culturais diversas e muito fortes, uma resposta ao que Roberto Schwarz denomina “uma espécie de floração tardia, o fruto de dois decênios de democratização”. É esse deslocamento cronológico que explica movimentos culturais tão ativos e grandiosos em um momento de plena ditadura. Portanto a década de 60 é marcada por uma das fases mais criativas da cultura brasileira e conseqüentemente da produção editorial também.

O mercado editorial dos anos 70 sofre modificações devido o momento de crescente processo de industrialização da produção cultural brasileira. Dados básicos relacionados ao “milagre econômico” como a queda nas taxas do analfabetismo e o crescimento do número de universitários e o crescimento do Produto Interno Bruto, explicam o crescimento do mercado editorial nacional dos anos 70, época em que se ultrapassa a barreira de um livro por habitante ao ano. Ao pesquisar sobre os best-sellers da época, Reimão (1996) diz que ficam evidentes as preferências do leitor e o atrelamento delas ao forte desenvolvimento da indústria cultural. Neste contexto, a segmentação do mercado editorial começa a crescer e os nichos de mercado dentro da indústria editorial passam a se desenvolver.

Quando chegam os anos 80, o mercado editorial já conta com uma maior potencialidade de público, ainda que a parcela da população em condições de ler e comprar livros seja pequena, o mercado, apesar das oscilações, ainda é crescente. Um fator complicador da época é a má comercialização e distribuição dos livros, considerada a pequena rede nacional de livrarias e pontos de vendas de livros.

Segundo Medeiros, Vieira e Nogami (2014), de uma certa forma, o mercado editorial se manteve estabilizado por muito tempo até a chegada da internet nos anos 1990. Antes da difusão e propagação da internet era difícil imaginar que haveria um momento na história em que as pessoas iriam ao comércio sem precisar sair de casa.

Entretanto, nem tudo é otimismo. O avanço tecnológico permite inovações que podem desestabilizar a economia, bem como a diminuição de empregos onde a mão de obra é substituída pela máquina, bem como os mercados e as formas de

troca. Além disso, as pessoas que já estavam excluídas de informação e acesso a tecnologias se encontram numa posição de ainda mais exclusão, uma vez que não existem políticas públicas suficientes para resolver esse problema.

Tendo dito isso, podemos perceber que para quem tem acesso à tecnologia, o movimento digital possibilitou o desenvolvimento do *e-commerce* como meio de realizar trocas e permitiu uma grande mudança na estrutura dos mercados de cultura e arte.

A internet trouxe modificações nas relações de trocas econômicas envolvendo produtos da música, produtos da indústria do cinema e, na atualidade, essas mudanças impactam também os produtos do mercado editorial. As mudanças não aparecem apenas na forma de vender livros mas também na forma de fabricá-los e lê-los. A venda de livros impressos pela internet já desestabilizou e novamente estabilizou o mercado, porém a mais recente modificação está nos livros digitais. Os *e-books* e *e-readers* foram difundidos rapidamente no mercado editorial dos países ricos, onde o acesso a tecnologias é maior e a desigualdade social muito menor, ocasionando um *boom* principalmente em países como Estados Unidos, Canadá e Japão, entre outras economias mais desenvolvidas.

Portanto, o advento da internet propiciou alterações nas formas de consumo da literatura na modernidade tardia. Hoje, de modo bastante veloz, indivíduos que possuem acesso à rede mundial de computadores podem facilmente adquirir uma obra literária por meio de sites que comercializam *e-books*, livros eletrônicos de consumo em meios digitais, buscar por versões digitais gratuitas de livros, consultar repositórios de obras literárias situados no ciberespaço e ainda receber todos esses arquivos de modo imediato por meio da própria rede.

Com a disponibilidade da literatura no âmbito digital, as questões das práticas de leitura na internet são trazidas à tona e são vastamente exploradas naquilo que se refere ao hipertexto, às redes e às possibilidades de navegação. Como diz Chartier (1998), as formas de leitura estão frequentemente em processos de mudança: “elas colocam em jogo a relação entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escrita e as categorias intelectuais que asseguram sua compreensão” (CHARTIER, 1998, p. 77).

De acordo com Honório (2020), o fato de a leitura e a forma de consumir literatura estarem em processo de atualização, isso não sugere que os suportes literários impressos ou as formas de leitura relacionadas a eles vão desaparecer.

Inclusive a parte mais significativa dos lucros gerados a partir do comércio de livros ainda corresponde ao setor de impressos. Esses dois suportes, o digital e o impresso, são os mais comumente empregados na fixação e propagação da obra literária na atualidade. Isso exemplifica o fato de que a literatura já passou por fases muito diferentes na perspectiva de consumo e, conseqüentemente, de leitura e uso social do texto.

Chartier (1998) trabalha essa questão ao apresentar algumas das principais tecnologias relacionadas aos processos de consumo da literatura através dos séculos, tais como o livro impresso e o texto composto a partir do computador, no caso dos suportes contemporâneos mais comuns, além dos manuscritos de leitura em rolo e a utilização do códex. As ações de ler, escrever e consumir literatura se manifestam como uma forma consolidada de entretenimento na modernidade. O surgimento de um mercado de produção e comercialização de livros, fruto das relações próximas entre valores capitalistas e arte, tornou a obra literária um produto amplamente difundido. É possível encontrar obras em livrarias, bibliotecas, sebos e demais locais de empréstimo e venda de livros na forma impressa ou digital.

Ao retomar algumas das discussões dos capítulos anteriores sobre a trajetória de Chimamanda Adichie no mercado editorial, podemos dizer que a autora traz à tona em seu projeto literário temas em narrativa ficcional que se relacionam com a condição feminina, tematização dos estereótipos que prejudicam as relações humanas, tanto de uma perspectiva racial quanto étnica; as diferenças no balanço de gênero; os dilemas intergeracionais e principalmente, analisa o silenciamento sobre a guerra de Biafra. Adichie é conhecida por fazer o leitor questionar via texto literário ‘verdades’ nacionais, locais e globais.

É importante ressaltar que a escolha da trajetória da autora Chimamanda Adichie para o conteúdo pesquisa não foi uma coincidência. Aceitar a proposta de palestra na internet e trazer nessa palestra um discurso que ajuda a propagar o seu projeto literário e que transforma o próprio discurso em obra literária teve o objetivo, certo, de aumentar o número de vendas de suas obras. Essa prática de marketing só foi possível pois existe um grande aumento de público conectado à internet.

Segundo Valente e Hergesel (2018) esse aumento no público conectado propiciou o crescimento na quantidade de opções de entretenimento disponíveis

para consumo em plataformas como o YouTube, onde anônimos se tornam celebridades ao compartilharem seus vídeos com milhões de internautas.

Contudo, essa popularização das plataformas midiáticas da internet tem outra consequência nos estilos de vida na contemporaneidade. As opções de entretenimento aumentam enquanto o tempo em que conseguimos manter nosso foco e concentração em uma atividade específica diminui, assim como a capacidade de retenção do conteúdo dessas atividades. Estamos em busca de informações cada vez rápidas, prontas, instantâneas, que ocupem um curto espaço do nosso, cada vez mais escasso, tempo.

A produção de estratégias para impulsionar o número de cliques, curtidas e compartilhamentos tem sido a prioridade na hora de desenvolver conteúdo para as plataformas e para os canais/páginas dessas plataformas. Através de títulos e manchetes chamativas e, por diversas vezes, sensacionalistas, que servem mais para atrair o clique. Muitas das vezes esses títulos não traduzem a realidade do conteúdo, são os chamados *clickbait*s. Aquelas pessoas, artistas ou não, que se destacam em meio aos produtores de conteúdo, ganham o título de “influenciadores digitais”, uma vez que suas opiniões, informações e vivências passam a ter um papel importante nas decisões dos espectadores, sejam em declarações espontâneas nas redes sociais ou em postagens patrocinadas por marcas e empresas.

Muitos influenciadores emprestam seus nomes e imagens para a publicidade e também para o licenciamento de produtos. Isso geralmente está relacionado à categoria na qual o conteúdo produzido por essas celebridades mais se encaixa. Os produtos licenciados chegam até o consumidor como uma espécie de souvenir, onde o fã tem a oportunidade de viver uma experiência que o aproxima de seu ídolo. O sucesso dos produtos licenciados atingiu diversos setores do varejo e também o mercado editorial.

De acordo com Valente e Hergesel (2018), o sucesso dos influenciadores digitais no mercado editorial pode ser percebido pois as suas obras geralmente se situam entre as mais vendidas por meses consecutivos. Isso vem construindo uma comunidade de leitores, muitos deles em seus primeiros contatos com a literatura, que encontram nos livros uma forma de se aproximarem de seus “ídolos fenômenos” que provem de plataformas de rede social como o *YouTube* ou Instagram.

Numa tentativa de reverter uma grande queda nos rendimentos do mercado editorial nos últimos anos, conforme indicam novas pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), diversas editoras investem na publicação de celebridades virtuais, cuja *fanbase*, números de inscritos e seguidores, seja alta. Essa *fanbase* funciona como uma garantia prévia de vendas e funciona também como uma estratégia para formação de novos leitores, em sua maioria crianças e adolescentes. Tendo em vista esses fatos, temos também o grupo de conhecedores de literatura de entretenimento inseridos na grande comunidade do *YouTube*. São os chamados *booktubers*, nomenclatura criada para aqueles criadores da plataforma que dedicam seu conteúdo ao universo literário, indicam e comentam suas impressões de leituras e servem como influenciadores digitais dedicados apenas a literatura.

#### 4.2. Editoras tradicionais ou de grande porte

O faturamento no mercado editorial vem apresentando grande crescimento pois o número de livros vendidos no Brasil vem aumentando nos últimos anos. Contudo, o que pode parecer uma ocasião confortável para as grandes editoras nacionais, na verdade é uma situação virtualmente confortável. Apesar do aumento das vendas no setor, as empresas nacionais seguem com dificuldades, com muitas delas rumo à falência, fruto da competição com as grandes editoras estrangeiras.

Devido à concorrência das editoras estrangeiras, as obras publicadas por editoras nacionais, que raramente contam com um planejamento de divulgação, acabam ficando em segundo plano. Para piorar a situação, o governo recentemente promoveu um corte de gastos com a aquisição de obras. Devido a essas circunstâncias e problemas, as editoras começaram a reduzir a tiragem dos livros, o que acarretou em aumento dos preços. No Brasil, o poder de compra da população é tão baixo que transforma a arte, cultura e educação em supérfluos. Já o aumento dos preços, gera uma redução cada vez maior na participação de mercado por parte das editoras nacionais.

As editoras de grande porte no mercado nacional trabalham com canais de distribuição bem organizados, obras de autores conhecidos e geralmente dedicam mais tempo ao processo de produção e edição como forma de garantir o sucesso do livro em questão. Elas têm a disponibilidade de capital de giro, e a garantia de

recebimento à vista das distribuidoras e livrarias, além da venda casada de best-sellers e obras de menor expressão, as grandes editoras alcançaram uma posição relativamente cômoda no mercado.

Para Rodrigo Domit (2007) os livros em que essas editoras investem não apresentam riscos econômicos para a empresa e há sempre capital de giro e investimento para que invistam em novas obras de autores já renomados. Desse modo as editoras perderam a visão do livro como um produto que precisa chegar ao seu consumidor. Essa responsabilidade recaiu somente sobre as livrarias, que por pagarem adiantado, tem o interesse de revender estas obras o quanto antes.

O ato de desenvolver e aprimorar novas estratégias se torna cada vez mais necessário na missão de aumentar o consumo e a demanda por livros. O aumento de livros em circulação pode trazer tanto retorno cultural quanto social, político e econômico à sociedade.

#### **4.3. Outros nichos do mercado editorial independente: as pequenas editoras e o *self-publishing***

Ao decorrer deste trabalho realizamos algumas análises nessa pesquisa que inclui estudos de questões raciais e de gênero aliadas a importantes trajetórias de autoras negras. Pudemos constatar no caso de Conceição Evaristo, que sim, vivemos uma nova realidade no mercado editorial no que diz respeito a estratégias para publicar obras e vendê-las, mas ainda há muito o que melhorar e reparar no que se refere a oportunidades para a população negra.

Como já foi dito anteriormente, Evaristo se utiliza de recursos de pequenas editoras para publicar suas obras independentemente ou muitas vezes a mesma divide esses recursos com as editoras, uma vez que ela encontra dificuldades em fechar contratos com grandes editoras que publiquem seu trabalho. Esse nicho independente do mercado editorial tem crescido cada vez mais. Publicar independentemente se torna uma atividade empreendedora, uma vez que as desigualdades sociais no Brasil e no mundo só aumentam.

De acordo com Rodrigo Domit (2007) as pequenas editoras enfrentam problemas no Brasil. Muitos desses problemas ocorrem em grande parte inerentes à atividade no país como o financiamento e a distribuição. Apesar disso, estas empresas apresentam um perfil de otimismo, calcado no entusiasmo empreendedor e nos diferenciais que se têm mostrado capazes de oferecer. Por um lado, as

pequenas editoras se beneficiam do avanço tecnológico nos processos de editoração, que facilitou e barateou os custos de produção de um livro. Por outro lado, têm de competir em qualidade editorial e gráfica com grandes editoras. Na extremidade de todo o processo, é ampliada a demanda de títulos diferenciados, com conteúdo e propostas que não estão no horizonte das empresas tradicionais, pois na visão delas, essas propostas apresentam risco nas vendas.

Domit (2007) diz que o perfil dos novos proprietários de pequenas editoras em geral é de jovens empreendedores ou de pessoas que começaram cedo a montar seu próprio negócio e estão em busca de um diferencial na comercialização. Em muitos casos, essas pessoas têm formação e atividades anteriores voltadas para a literatura e as ciências humanas e gostam do ofício de criar e lançar livros. Procuram manter contato estreito com autor e leitor e não perder o foco editorial mesmo na busca da expansão.

A distribuição é o principal problema dos pequenos editores. De um lado, existem as grandes distribuidoras que trabalham apenas com obras mais conceituadas. E de outro lado, para empreendedores igualmente especializados e voltados para públicos diferenciados é de qualquer forma interessante trabalhar com as pequenas editoras. A distribuição ainda convive com outro problema. As livrarias se recusam a pagar antecipadamente para as pequenas editoras, o que dificulta a venda e os investimentos. No caso das grandes editoras, que trabalham com best-sellers, as livrarias pagam antecipadamente e ainda são obrigadas a adquirir outras obras de menor expressão para poder adquirir as mais conhecidas. O pagamento antecipado aumenta o interesse na venda destas obras. Enquanto as obras consignadas, das pequenas editoras, acabam por ocupar o segundo plano nas estantes expositoras.

Outra nova e forte tendência do mercado editorial independente é o *self publishing*. Além de escrever a própria obra, o autor deve se colocar também na posição de produtor cultural e empreendedor. Com tantos caminhos a serem seguidos, há quem duvide se as editoras não perderão a vez frente aos escritores independentes. O *self publishing* pode ser o futuro do mercado editorial. Ele pode vir a se tornar uma grande vitrine que as editoras usarão como pesquisa de novos talentos. A publicação independente se mostra como uma alternativa para os escritores iniciantes diante da falta de oportunidades. De acordo com Melo (2016), os meios de self publishing mais conhecidos no Brasil são feitos através de

plataformas como da Amazon, Kobo, Saraiva, Blurb, Clube de autores, Bookess e Leya. Segue os detalhes sobre as plataformas:

A Amazon KDP publica rapidamente. Em até 48h o livro digital está disponível em todo o mundo. O autor recebe de 35% até 70% de direitos autorais. A Kobo é uma empresa parceira da Livraria Cultura, permite a fácil publicação de livros digitais, com total controle do autor. A Saraiva tem o projeto Publique-se: escritores autopublicados ganham 35% do lucro líquido, além de terem seu livro disponibilizado em uma das maiores redes de livraria (online) do país. A Blurb é uma plataforma que permite a publicação de livros impressos e e-books, através de um software de fácil manuseio. Publicando um livro pela Blurb, o autor ainda pode vendê-lo na Amazon. O Clube de Autores é a maior comunidade de autopublicação da América Latina e 100% sob demanda, o autor escolhe quanto deseja receber de direitos autorais. O Bookess permite a publicação de livros impressos e digitais, gratuito ou não, disponibilizando para o mundo inteiro. A Leya é uma plataforma para a autopublicação de e-books, onde o autor disponibiliza seu livro em várias lojas online de diversos países. (MELO, 2016, p.56)

Para além dos e-books e outros tipos de publicação de obras literárias, não podemos deixar de mencionar também o áudio-livro. O livro em áudio consiste na leitura gravada da narração, tese ou declamação das poesias. A vantagem é que descarta a necessidade de carregar o material impresso e a atenção necessária para a leitura. Com um fone de ouvido torna-se simples ouvir um livro e ainda executar outras ações simultaneamente. Futuramente, este interesse poderia vir a fomentar o hábito da leitura, uma vez que a tendência atual é de que as pessoas tenham cada vez menos tempo para ler e mais tempo para atividades onde se pode fazer várias coisas ao mesmo tempo.

#### **4.4. A literatura e a autonomia da arte na contemporaneidade**

Em muitos momentos, a literatura na modernidade esteve condicionada a um sistema econômico que a enxerga a partir do viés do produto cultural de comercialização em grande escala (Lipovetsky e Serroy, 2015). Nesse sistema de grande escala, o artista e sua obra são submetidos a ideias de transformação de suas imagens para um consumo material, visual e simbólico da obra e da imagem do autor como um todo por parte dos públicos consumidores. No caso de Chimamanda Adichie e de muitos outros autores que buscam espaço nesse mercado, não basta apenas que tenham um bom projeto estético para literatura é preciso que esse projeto tenha significado dentro da cultura do consumo.

Vivemos um período no qual o consumo se une também a ideais e a estética, dos quais se enquadram tanto a questão visual, quando a ideia de espetáculo. A esse momento econômico e social, os autores Lipovetsky e Serroy dão o nome de era do capitalismo artista. Essa denominação complementa a ideia de que a estética e o mercado se mostram estar em um “período de grande convergência”, onde o capital artístico está sendo direcionado em favor da lucrativa indústria do entretenimento.

A maneira como a arte é vista, compreendida e concebida mudou muito com o passar dos séculos. Consequentemente a posição do artista também mudou. É importante refletir sobre essas motivações, contextos e os elementos que cercam o artista influenciando o seu trabalho e seu processo criativo para que possamos questionar as relações que permeiam a produção literária impressa e digital em geral e com o recorte racial e de gênero.

Para compreender a engrenagem em que se desenvolve a arte, estudamos o livro *As Regras da arte*, de Bourdieu (1996), onde o autor diz que a constituição da arte enquanto tal é paralela à transformação da relação que os artistas mantêm com os não-artistas. O que resulta em uma nova definição da função do artista e de sua arte. Tal processo tem início no século XV, com a afirmação de uma legitimidade, que concede ao artista o direito de legislar em seu próprio campo: o campo da forma e do estilo.

O movimento do campo artístico em direção à autonomia aconteceu em ritmos diferentes segundo as sociedades e esferas da vida artística, mas acelerou-se com a Revolução Industrial. No momento em que se constitui um mercado da obra de arte, escritores e artistas tem a possibilidade de afirmar uma obra ao estatuto de simples mercadoria como também a condição intelectual e artística. Segundo o autor, a constituição da obra de arte como mercadoria e a aparição de uma categoria particular de produtores de bens simbólicos destinados ao mercado, criam-se condições para o surgimento de uma teoria pura da arte.

Esta teoria da arte enquanto tal instaura uma oposição entre a arte como simples mercadoria e a arte como pura significação. Essa conjuntura leva a uma ruptura dos vínculos de dependência dos artistas em relação ao patrão ou a um mecenas, propiciando ao escritor e ao artista uma liberdade que logo se revela formal, sendo apenas a condição de sua submissão às leis do mercado de bens simbólicos.

Devido ao surgimento deste mercado na modernidade, surgiram profundas mudanças em relação às concepções sobre a arte, sobre o artista e sobre o seu lugar na sociedade. O artista se afasta de seu público, considerando-se gênio autônomo e criador independente. Nessas condições, nasce um público anônimo de “burgueses” em conjunto com a aparição de métodos e técnicas tomadas de empréstimo à ordem econômica e ligados a comercialização da arte – como por exemplo, a produção coletiva ou a publicidade para os produtos culturais – que coincide com a rejeição dos elementos estéticos da burguesia e ao esforço para se separar o intelectual do vulgar, ou seja, o artista se afasta tanto do povo quanto do burguês.

Essa separação entre arte pura e arte comercializada tem muitos reflexos até hoje. Os produtos artísticos que através da cultura midiática chegam ao povo, perdem sua identidade de arte e são identificados como mercadorias, considerados produtos midiáticos pertencentes a cultura de massa.

Atualmente, a ênfase dada às tecnologias – câmeras fotográficas, telefones celulares, computador, scanner, leitores de livro digital – é tamanha que um discurso de causa e efeito é traçado entre o “potencial tecnológico” e as “consequências criativas.”

A aparente celebração do aparato tecnológico junto a arte é tanta que é possível ter a sensação que a inspiração artística está localizada na internet. Artistas e amadores produzem e compartilham seus produtos artísticos e culturais num mesmo lugar. A não-demarcação dos territórios profissionais, autorais, artísticos, amadores, privados, comuns são da própria da internet e da tensão que ela guarda dentro de si. Essa partilha do sensível (RANCIÈRE, 2009) organiza no campo da arte as hierarquias e papéis sociais diante das funções que este dispositivo pode assumir. Tais disputas estão presentes desde os primeiros debates decorrentes do ideal de autonomia da arte ocidental.

Logo, percebemos que a questão do artista na modernidade está conectada aos estudos que visam compreender a posição do indivíduo que produz literatura diante das mudanças promovidas na arte ocidental da modernidade. O comportamento do artista moderno foi incentivado pela dinâmica da vida urbana europeia e condicionado pelos rompimentos de algumas tradições e protocolos sociais. Esses novos modos de pensar surtem efeito nas relações que o artista possui com sua arte e o com o público que a consome.

As alterações no âmbito social, então, resultaram em mudanças na arte, tanto no que diz respeito à sua comercialização e reprodução, quanto em seus temas e sua produção por artistas que também sentiam as primeiras consequências dessa mudança de paradigma. E é justamente nesse ponto que reside um dos mais importantes fatores a respeito da constituição da obra literária: a relação do artista com sua obra e o impacto que sua associação a outros setores da sociedade traz para as dinâmicas de produção e comercialização da obra literária, em pequena ou grande escala.

É importante destacar que a questão do artista na modernidade, apesar de ter uma perspectiva ocidental, também é válida para artistas africanos. A introdução da arte enquanto parte da cultura europeia na África está muito ligada a ações civilizadoras e disciplinadoras de projetos coloniais europeus. A partir da visão do historiador de arte ibo-nigeriano Chika Okeke (2001), a arte moderna africana vive um paradoxo, fruto dessa influência colonial europeia.

Um dos pontos de partida para a paradigmática mudança de direção na arte europeia do século XX, ocorreu quando os artistas ocidentais descobriram objetos etnográficos da África e da Oceania e reconheceram as potencialidades que eles ofereciam para mudanças formais na pintura e escultura europeias.

“Entretanto, a contrapartida deste achado dos artistas ocidentais foi a descoberta da arte europeia pelos artistas africanos. A arte africana moderna acabou se tornando realidade não tanto devido à introdução da educação ao estilo ocidental, mas sim para pessoas das quais a arte como prática autônoma se tornou um meio de expressão da sua individualidade e de tomada de consciência das suas circunstâncias socio-políticas com as suas próprias modernidades emergentes.” (OKEKE, 2001)

Okeke (2001) afirma ainda que o desenvolvimento da arte moderna na África colonial foi bem lento (isto é, se desprezarmos algumas das já referidas práticas indígenas no domínio da escultura e da performance), isso pode dever-se ao fato de a subjetividade artística moderna estar associada à independência política. A primeira vez que, de forma objetiva e continuada, se vê arte modernista na África, é no Egito. O país atingiu cedo a independência política e criou um discurso nacionalista antes da Primeira Guerra Mundial. O resto do continente, apesar dos esforços pioneiros de alguns artistas, teria de esperar pelo Fim da Segunda Guerra para criar as condições para o aparecimento da arte moderna. Ao mesmo tempo que a Europa Imperial, debilitada pela guerra, contava as suas

perdas, e enquanto enfraqueciam as suas perspectivas de conservar suas colônias, os artistas e intelectuais africanos desafiavam as questões da época.

Refletindo sobre sua condição emergente, esses artistas e intelectuais enfrentaram e ainda enfrentam as questões do significado de serem cidadãos e artistas em sociedade vivendo dramáticas mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas na África e no mundo.

#### **4.5. A resistência na História da Arte Africana**

Toda essa reflexão que envolve o mercado da literatura e questões políticas, culturais, sociais e econômicas sobre a luta da mulher negra, nos remete para os lugares e entre-lugares da arte em meio a diáspora. Se observarmos um pouco a prática dos artistas, podemos dizer que eles podem ser vistos como uma espécie de mediadores de linguagens estéticas e códigos visuais capazes de revelar uma parte significativa dos sujeitos contemporâneos e de seus mundos. (LEITE, 2007). Nesse sentido, é necessário entender o campo artístico e as suas amplas conexões com os processos identitários, principalmente quando criatividade, comunicação e reflexão integram as práticas e discursos de seus produtores.

Dessa forma, vemos como necessidade para finalizar o estudo, rever essas questões através do diálogo com a teoria pós-colonial, através de suas premissas, dentre as quais se destaca o repensar a arte como “lugares de saber, poder e representação presentes nas relações entre nações e culturas posicionadas desde o processo de descolonização” (LEITE, 2007). Stuart Hall (2003) diz que as sociedades são todas pós-coloniais, mas esse pós-colonialismo se expressa de formas diferentes em cada uma delas. O “pós-colonial”, enquanto conceito, se torna útil de modo que isso pode nos ajudar a refletir, conversar ou descrever interpretativamente as mudanças que são fruto da globalização e da transição desigual da era dos impérios para a era pós-independências.

Nos últimos anos, foi possível ver e presenciar a intensificação das trocas econômicas e midiáticas globais, as aproximações inusitadas de grupos de indivíduos que pareciam antes muito afastados entre si. Além disso, surgiram também novas formas de territorialização e diferenciação que passam a mudar fortemente as formas de conceber identidades sociais em contextos de reorganização do poder (LEITE, 2007). Nestes processos gerados pelas profundas

alterações na ordem mundial, a África constitui um dos focos de análise. O historiador Joseph Ki-Zerbo observa que a exploração científica, comercial e cultural da África é parte indissociável na consolidação de outras culturas e nações.

Ki Zerbo diz que é necessário perceber as formas de luta que continuam em outros territórios e como se dá a difusão das africanidades. Neste sentido, é importante considerar que o uso de expressões como a palavra “africanidades” advém dos processos de descolonização recente, aquelas que intentam realçar a condição heterogênea, difusa ou des-territorializada frente aos “processos de homogeneização e mundialização da cultura” (Ortiz, 2005).

Sobre a forma desterritorializada de agir dos movimentos artísticos, bem como suas estratégias de diálogo com as visões e imagens de África para contestações de significados e estereótipos, podemos dizer que as referências utilizadas para tais afirmações partem de diversos fluxos de significados que estão interligados, transmutando os sentidos de “aqui” e “lá” dos africanos e dos afrodescendentes. Podemos dar como exemplo, o uso do termo “escrevivências”, cunhado por Conceição Evaristo que também pode ser entendido como o conceito de seu projeto literário e também se constitui como uma retórica estratégica de luta.

O termo “diáspora negra”, em destaque nos debates sobre o pós-colonial, nos mostra a necessidade de correlação entre narrativas e experiências dos africanos e seus descendentes em diversas partes do mundo, seja para onde foram levados no passado como escravos ou na atualidade, decorrentes da descolonização; ou pelos imperativos da migração em busca de trabalho, refúgio, repatriação ou viagem. (LEITE, 2007). Essas experiências incorporam e introduzem novas imagens, ainda que mais comumente associada a deslocamento forçado, vitimização, alienação e perdas. Podemos ver essas marcas registradas em muitas obras de arte, principalmente as que se encontram inseridas entre os caminhos que o mundo colonial criou. Estas representações, narrativas, experiências e imagens se traduzem em produções que se posicionam nesse tipo de relação com a África. Entretanto, são muitas as Áfricas que podem servir de referência para os que almejam encontrá-las: essas referências podem aparecer conhecendo trajetórias pessoais e familiares ou podem aparecer também através da constatação das novas percepções sobre as fronteiras culturais. Segundo Leite

(2007) esses desdobramentos podem ser vistos no que se convencionou chamar “arte contemporânea” pós colonial.

As conexões feitas por autores e artistas que se colocam entre a arte e diáspora se mostram necessários não somente no sentido de diáspora como um movimento forçado, mas, como diz Leite (2007), “num movimento voluntário de uma pessoa, grupos ou nação, desde terras reais ou imaginárias para outras e suas imagens na cultura visual.”

Para Adalberto Santos (2017), não podemos esquecer que a África e os escravizados nas Américas foram capazes de recriarem seus mundos e deixarem um lastro cultural que atravessou fortemente os séculos, mesmo com tudo ao que foram submetidos. O ocidente deveria, de uma maneira geral, saber que foi por meio da tradição oral que os descendentes dos sequestrados na África foram capazes de passar conhecimento. Apesar de se apoiarem em cultura imaterial, a técnica foi suficientemente forte para que as populações da diáspora pudessem se reconstituir.

Por meio da performatização de suas poéticas, eles deixaram um legado de conhecimentos e valores, e é sobre essas memórias, compreendidas nas potencialidades estéticas, que devem ser usadas como parâmetro se existir a vontade que nossas práticas sejam permeáveis ao legado cultural de matiz africana que rodeia as nossas experiências cotidianas. Para Santos (2017), é através da afirmação da presença que se é possível falar de uma arte negra. Sobre essa afirmação, o autor diz:

A afirmação de sua presença se dá quando o lugar de sua enunciação e de sua presença nos remete ao universo simbólico que permeia uma visão de nós por nós mesmos. Essa presença, sentida, não pode ser presumida a priori, nasce de relações efêmeras, imateriais, como é a cultura africana que herdaram os destituídos de África. (SANTOS, 2017, p.64)

Os saberes e fazeres artísticos das negras e negros se transformam em dispositivos fundamentalmente estratégicos e, se enunciam de uma forma que se presentifica, que instaura como uma presença por meio de memórias. Os destituídos da África nos deixaram como legado os seus saberes, seus fazeres, os modos de saber/fazer africano e os modos nos quais o imaterial, através de uma força simbólica, lhe confere o poder de uma tradição. E essa tradição encontra proteção para se manter viva no ritual.

Os herdeiros dessas tradições africanas no Brasil, sobretudo as práticas na Bahia, foram e ainda são capazes de rearticular os símbolos herdados da África. Sendo assim, eles criam e recriam, através da performance, uma tradição cultural que detém um pouco da África que os quais dela foram destituídos, nos deixaram de legado.

Os membros da diáspora, herdeiros das tradições africanas e intelectuais/artistas negros e negras se tornam representantes de uma poética que profere um saber/fazer trazido por uma memória ancestral, que nos une às tradições que nossos ancestrais nos deixaram.

É pelo saber que os gestuais que os “performen” acionam se tornam objetos de atenção e fazem com que os espectadores aos poucos aprendam a levar em consideração as circunstâncias de enunciação de um comportamento comum. Nessas poéticas, alguns gestos voluntários ou não ocorrem numa variedade tão ampla de representações, dando impressões que podem parecer insignificantes ao olhar de um espectador desatento, mas adquirem condição simbólica. Na medida em que a performance é entendida como um ato ritualístico, acentua-se os valores da tradição e podemos, então, pensá-la como uma cerimônia que rejuvenesce e reafirma atos expressivos que revelam os valores de um grupo. Os espectadores desatentos podem não conhecer os segredos da representação, nem a aparência da realidade que se cria, entretanto por meio do ato performativo, pode-se encontrar uma correlação entre função, informação disponível e regiões de acesso. (SANTOS, 2017, p.65)

Por fim, podemos dizer que quando os corpos negros e o universo simbólico em torno dele se afirmam presentes, cabe aos que estão em volta percebê-los para terem acesso ao papel que ele desempenha e a informação que ele compartilha.

## 5. Considerações finais

As narrativas e linguagens de uma maneira geral sofreram e ainda sofrem com as fortes transformações devido à ascensão e estabilidade das tecnologias digitais. Com tantas ramificações do mundo da internet, essa energia de mudanças chegou ao mercado editorial, que enxergou uma possibilidade de se reinventar ao publicar obras assinadas por jovens populares no universo on-line ou buscando unir o livro impresso e os advenços da internet, criando os e-books.

Percebemos também através deste estudo que, apesar da força da luta contra o racismo para que existam melhorias e reparações históricas para a população negra, as consequências dessa exploração sistemática, genocida e histórica ainda são uma constante, e o sistema de política de morte que temos, a chamada necropolítica de Achille Mbembe, continua dificultando e por vezes, ceifando, a vida de mulheres e homens negros na nossa sociedade. O que nos explica, também, o motivo do mercado editorial ainda se constituir como um mercado de presença majoritariamente branca e masculina, e também o porquê dos espaços dados para narrativas diferentes das que já são publicadas ainda ser muito pequeno.

Quando colocamos a questão de gênero aliada a questão racial, identificamos outras problemáticas enfrentadas pela mulher negra. Hipersexualização, assédios, falta de visibilidade e reconhecimento profissional, desemprego, dependência financeira, são apenas alguns dos problemas que as mulheres negras enfrentam todos os dias. Apesar disso, as organizações políticas e as reivindicações do movimento feminista negro têm resultado numa afirmação de suas pautas, gerando conquistas de políticas públicas e provocando discussões em torno das demandas, contradições e violências em torno da mulher negra.

Esses debates têm fortalecido o discurso do empoderamento negro nas redes sociais, despertando o interesse do público pela temática. O que beneficiou um importante nicho de consumo dentro do mercado editorial, o nicho de mercado da diversidade com narrativas cada vez mais plurais. Apesar disso, ainda é complicado medir a influência dos debates na internet e traçar uma linha de causa e consequência no que diz respeito aos debates sobre empoderamento negro.

A internet contém em si uma complexidade de jogos discursivos que hoje enfrenta as algoritmizações acionadas por instâncias do poder e também a crise

das *fake News*. Apesar da existência de notícias fabricadas ser um fenômeno bem antigo, a popularização das redes sociais junto a cultura do compartilhamento, abriu espaço para a disseminação das notícias falsas, de modo que a desinformação atingisse níveis altíssimos. Já a manipulação de dados, feita através de algoritmos, já faz parte do nosso dia a dia, eles fazem parte de nossas decisões e das nossas fontes de informação diárias. A esse capitalismo algorítmico, Greenfield (2017) descreve como uma “colonização da vida cotidiana pelo processamento de informações”. Sobre esse processo de colonização da vida, Silveira diz:

O que é difícil perceber é que os algoritmos não são meros receptáculos de nossas memórias e conhecimentos, mas eles também guiam nossas decisões ou nos tornam, meros espectadores, submetidos a uma experiência de puro estímulo-resposta. Um aplicativo nos mostra por onde passar de carro, mas será porque as estradas são melhores, porque o tráfego está menos intenso, ou para que passemos em frente a determinada loja? Outro nos mostra com quem devemos sair ou namorar com base em nossas características, mas isso não sublimaria a possibilidade de um relacionamento entre pessoas diferentes, que pode levar a uma gama maior de conhecimentos de outras formas de viver e pode dar certo? Há ainda as páginas que nos mostram opções de busca na pesquisa e como sabemos que somos preguiçosos, vamos sempre escolher as primeiras opções, deixando muitas vezes de conhecer uma abordagem nova sobre determinado assunto porque ela não está bem ranqueada no Google. (SILVEIRA, 2018, p. 7)

A partir daí podemos nos perguntar: Como resistir a essa manipulação de dados? Como devem agir os movimentos sociais na internet para ampliar os debates diante dessa algoritmização? E o movimento feminista negro? E as outras militâncias que tentam resistir a tantas outras questões? Se as relações de poder estão desequilibradas permanecendo a dominação do lado dos algoritmos das grandes corporações da internet, como fazer com que haja resistência?

Tantos questionamentos não são simples de responder e demandam que existam ainda mais pesquisas acerca do tema. Mas podemos dizer que já existem formas de resistir. Uma das tentativas de promover mudanças algorítmicas contra as grandes instituições do poder, pode partir do próprio usuário das redes através do chamado ativismo de dados:

“a mobilização abarca ambos eventos discretos – atos individuais e coletivos de apropriação de dados, mas também a dissidência, subversão e a resistência à coleta de dados – e todo o processo que se subentende a emergência do ativismo de dados –denominando, o crescimento de uma consciência popular sinalizando uma mudança fundamental na perspectiva e na atitude em relação a dataficação que está lentamente emergindo na sociedade civil ” (Padovani; Massarolo, 2018, p. 581).

Embora tenham grande importância, as questões relacionadas as tecnologias digitais ainda são enfrentadas por uma pequena parte da população. Salientamos durante esse trabalho que, apesar desse advento, a internet ainda é restrita para a sociedade. A população pobre no Brasil ainda continua sem acesso a computador, celular e rede de internet, e essa é uma situação que se repete também em vários outros países subdesenvolvidos. Apesar da exclusão e falta de acesso, as novas estratégias para atuar no mercado editorial se tornaram globais, bem como as formas de empreender na área da literatura, o que implica em mudanças na forma de se consumir entretenimento no Brasil e no mundo.

Portanto, concluímos essa dissertação dizendo que ainda existem uma série de mudanças e criação de políticas públicas que ainda devem ser feitas para que possa existir uma maior equidade social, cultural e econômica. As redes sociais têm papel fundamental no fortalecimento dos discursos de emancipação negra feminina mas devido as crises e dificuldades já apresentadas em transformar esse espaço em um lugar para a resistência e o acesso limitado que a população tem, é preciso ampliar ainda mais o debate para outras esferas como educação, política, saúde e sociabilidades.

Para finalizar, é importante lembrar que quanto maior a pluralidade de narrativas disponíveis para leitura, a contribuição para uma construção social de realidade mais justa é possível de acontecer. O reconhecimento e entendimento do outro e de outros lugares depende dessa pluralidade.

## 6. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; GARCIA, Mary; SILVA, Lorena Bernadele (org). **Juventude e Sexualidade**. Brasília - DF. UNESCO, Brasil, 2004.

ADICHIE, Chimamanda, Chimamanda Ngozi. **Meio Sol Amarelo**; tradução Beth Vieira. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Celebreting 10 years of african voices**. **African Voices**, CNN, 2019. Disponível em: <https://edition.cnn.com/videos/world/2019/03/11/african-voices-av-10-chimamanda-adichie-femi-kuti-sanaa-hamri-africa.cnn>

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1994.

ASHCROFT, Bill et al. **The empire writes back**. London: New Accents, 2002.

BERTH, Joice. **Empoderamento e feminismo negro: decolonizando epistemologias e mentalidades**. **Revista Mandrágora**, 2020. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/viewFile/10383/7251>

BIANCHI, P. CAMPOS, M. **CONCEIÇÃO EVARISTO**. THE INTERCEPT BRASIL, 2018. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://THEINTERCEPT.COM/2018/08/30/CONCEICAO-EVARISTO-ESCRITORA-NEGRA-ELEICAO-ABL/>

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

BURGESS, J, GREEN, J. **Youtube e a revolução digital**. São Paulo: ALEPH, 2009.

CAMARGO, I. SILVEIRA, S. BERTOLI, S. TEXTO. **Desafios e convergências de uma mídia espalhada: Um novo contexto informacional em diferentes ambiências digitais**. 2013, 4º Simpósio de Ciberjornalismo, UFMS. Disponível em: [http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor4/files/2013/08/Camargo\\_Silveira\\_Bortoli.pdf](http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor4/files/2013/08/Camargo_Silveira_Bortoli.pdf)

CARDOSO, Cláudia Pons. **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, vol.22, no.3. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>

CARNEIRO, Sueli. **Estudos Avançados Mulheres em movimento**. São Paulo. Sept/Dec, vol. 17, n° 49, n° 03, 15 de novembro de 2003.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **O texto: entre o autor e o editor. A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CHAVES, Wanderson da Silva. **O partido dos Panteras Negras**. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 16, n.30, p. 359-364, Jan./Jun. 2015.

COELHO, A.M.S. GOMES, S.S. **O Movimento Feminista Negro e Suas Particularidades Na Sociedade Brasileira**. São Luis: VII Jornada internacional políticas públicas, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/o-movimento-feminista-negro-e-suas-particularidades-na-sociedade-brasileira.pdf>

CRUZ, D.A.C.S. BRANDÃO, C.W.G.S. CERQUEIRA, E.T. SANTOS, T.C. **O empoderamento da mulher negra no desenvolvimento tecnológico: mídias e redes sociais em foco**. Paraíba: Editora Realize, XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades, 2016. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO\\_EV053\\_MD1\\_SA4\\_ID1786\\_25052016230040.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_SA4_ID1786_25052016230040.pdf)

DADOS Biográficos. **Portal de Literatura Brasileira Literafro**, UFMG, 2020. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: abril 2020.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 1990, São Paulo. Ed 34, 1992.

DOMIT, Rodrigo. **Novas estratégias para o mercado editorial nacional com ênfase em obras literárias**. UFPR, Curitiba, 2007.

EVARISTO, CONCEIÇÃO. **PROGRAMA FOLHETIM**. RÁDIO UNIVERSITÁRIA DA UFRGS, 2018. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://WWW.LUME.UFRGS.BR/HANDLE/10183/181175>

EVARISTO, CONCEIÇÃO. **ENTREVISTA CONCEDIDA A BBC BRASIL, 2018**. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://WWW.BBC.COM/PORTUGUESE/BRASIL-43324948>

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1965

\_\_\_\_\_. **Racismo e Cultura**. In: FANON, F. Em defesa da Revolução Africana. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1980.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber (Vol. 1)**. São Paulo: Edições Graal. 2010.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 19 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FRANZOSI, André. **O ciberativismo, o excesso e o revés de esvaziamento de mobilização na sociedade de controle**. VI Simpósio Nacional Abciber, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 59. ed. rev. e atual - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. (ROMANO, 2002).

GARCIA, C. C. (2011). **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade.

GILLESPIE, T. **The Relevance of Algorithms**. In: GILLESPIE, T.; BOCZKOWSKI, P. J.; FOOT, K. A. (Eds.). *Media technologies: essays on Communication, Materiality, and Society*. Cambridge; London, 2014b. Cap. 9, p. 167-193.

GLADWELL, M. **The Tipping Point: How Little Things Can Make a Big Difference**. 1ed. Nova York: Little, Brwn and Company. 2002.

GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural de amefricanidade". *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

\_\_\_\_\_. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GREENFIELD, Adam. **Radical Technologies: The Design of Everyday Life**. London: Verso, 2017

HELMOND, A. **The platformization of the web: making web data platform ready**. *Social Media+ Society*, Thousand Oaks, v. 1, n. 2, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2ITztJk>.

HONORIO, Bianca Gallieri. **Dos sites aos livros: um estudo sobre as interferências da escrita literária da internet no mercado editorial**. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008. (trad. Susana Alexandria)

JURNO, A. C. **Agenciamentos coletivos e textualidades em rede no Facebook: uma exploração cartográfica**. 22 fev. 2016. 1371f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AFDKTG#:~:text=Reposit%C3%B3rio%20UFMG%3A%20Agenciamentos%20coletivos%20e,no%20Facebook%3A%20uma%20explora%C3%A7%C3%A3o%20cartogr%C3%A1fica&text=Abstract%3A,atores%20humanos%20e%20n%C3%A3o%20humanos>.

LATOUR. B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro (RJ): Editora 34; 1994.

LEITE, Ilka Boaventura. **Olhares de África: lugares e entre-lugares da arte na diáspora**. Revista TOMO, São Cristóvão-SE, Nº 11, 2007. Disponível em: [http://www.categero.org.br/wp-content/uploads/2011/08/35a.-Rev\\_TOMO\\_n11.pdf#page=59](http://www.categero.org.br/wp-content/uploads/2011/08/35a.-Rev_TOMO_n11.pdf#page=59)

LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean. **A cultura-mundo, respostas a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

LIPPOLD, Walter Günther Rodrigues. **O pensamento anticolonial de Frantz Fanon e a Guerra de Independência da Argélia**. Monographia, Porto Alegre, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.fapa.com.br/monographia>

MACHADO, Bárbara Araújo. **Escre(vivência): a trajetória de Conceição Evaristo**. 2014, Revista História Oral, Associação Brasileira de História oral, 2014. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=343&path%5B%5D=pdf>

MARINHO, Paloma. GONÇALVES, Hebe. **Prácticas del empoderamiento femenino en Latinoamérica**. Revista de estudios sociales, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/9863>

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2017.

MCFADDEN, Patricia. **The state of feminism in Africa today**. In: Southern Africa Political & Economic Monthly. Harare: Mount Pleasant, 2001. v. 14, n. 4, p. 51-52.

MEDEIROS, Juliana. VIEIRA, Francisco. NOGAMI, Vitor. **A construção do mercado editorial eletrônico no Brasil por meio de práticas de marketing**. Rev. Adm. Mackenzie vol.15 no.1 São Paulo Jan./Feb. 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712014000100007&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712014000100007&script=sci_arttext)

MELO, Rebeca Soares. **O perfil de escritores independentes no Brasil**. Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/479/1/TCC.%20Rebeca%20Soares%20de%20Melo%20.pdf>

MIRANDA, E. SALGADO, T. **Estranhar os algoritmos: stranger things e os públicos da netflix**. Simpósio Nacional Abciber, São Paulo, 2016. Disponível em: [http://abciber.org.br/anaisletronicos/wp-content/uploads/2016/trabalhos/estranhar\\_os\\_algoritmos\\_stranger\\_things\\_e\\_os\\_publicos\\_da\\_netflix\\_tiago\\_barcelos\\_pereira\\_salgado.pdf](http://abciber.org.br/anaisletronicos/wp-content/uploads/2016/trabalhos/estranhar_os_algoritmos_stranger_things_e_os_publicos_da_netflix_tiago_barcelos_pereira_salgado.pdf)

MORAES, Marcos Vinicius Malheiros. 2018. **"Genealogia - Michel Foucault"**. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault>

MOUZINHO, Áurea. **Reivindicando o espaço para nos chamarmos Feministas Africanas**. Luanda: Ondjango Feminista, 2017. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2017/4/10/reivindicando-o-espao-para-nos-chamarmos-feministas-africanas>

NUNES, Alyxandra Gomes. **Chimamanda Ngozi Adichie, Trajetória intelectual e projeto literário**. Bahia: 2017. Revista África, Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGEAFIN. UNEB, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/africanas/article/view/4039>

O QUE é a coleção. **Site Feminismos Plurais**, 2021. Disponível em: <https://feminismosplurais.com.br/sobre/>

OKEKE, Chika. **Modern African Art**. In: The Short Century: Independence and Liberation Movements in Africa 1945-1994, Ed. by OkwuiEnwezor, Munich, London, New York: Prestel, 2001.

ORTIZ, Renato. **Mundialização: saberes e crenças**. São Paulo, Editora Brasiliense, 2006.

PADOVANI, Gustavo; MASSAROLO, João Carlos. Ativismo de dados como uma prática social nas plataformas. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 575-589.

PINTO, Giselle. **Gênero, raça e pós-graduação: um estudo sobre a presença de mulheres negras nos cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense**. Niterói: 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2009.

REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro, 1960-1990**. São Paulo: COM-ARTE FAPESP, 1996. Disponível em: <http://www.livroseoutrasmidias.org/papers/mercado-editorial-brasileiro-1960-1990.pdf>

RESENDE, R. M. **Gênero e nação na ficção De Chimamanda Ngozi Adichie**. São João Del Rei: 2013. Dissertação (mestrado) Programa de mestrado em Letras, Universidade Federal de São João Del Rei, São João del Rei, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O empoderamento necessário**. Portal Geledes, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-empoderamento-necessario/> Acesso em: 10 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 112 páginas, 2017

ROMANO, J. O. **Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza**. In: ROMANO, J. O. ANTUNES, M. (orgs.) Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro

SALAMI, Minna. **A brief history of African feminism**. Msafropolitan, 2013. Disponível em: <https://www.msafropolitan.com/2013/07/a-brief-history-of-african-feminism.html>.

SANTOS, Adalberto. **Pensando a arte na diáspora**. Repertório, Salvador, ano 20, n. 29, p. 50-67, 2017.2

SANTOS, L.C.F. OLIVEIRA, E.D. **Filosofia Africana: Necropolítica E Poética De Resistência**. Paraíba: Revista internacional de filosofia Problemata, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/issue/view/2407>

SCHWARZ, Roberto. **“Cultura e Política 1964-1969”**. In: O Pai de Família e Outros Estudos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. (Nova edição Paz e Terra/Secretaria de Estado da Cultura, 1992).

SILVA, F.S.R. PINTO, G.R. OLIVEIRA, R.S. **“Preta e Acadêmica”: A resistência da mulher negra contra o encarceramento em massa a partir da prática do ciberfeminismo**. Santa Maria: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 2017. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/3-9.pdf>

SILVA, Kelly Cristina. **Os letramentos de empoderamento feminino negro: a educação de jovens e adultos e os processos de aprendizados na rede social facebook**. Belo Horizonte, 2017, UFMG. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ARJGDH/1/kellycs\\_disserta\\_o\\_final\\_iii.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ARJGDH/1/kellycs_disserta_o_final_iii.pdf)

SILVEIRA, Gabrielle Granadeiro. **O que podem os algoritmos**. Simpósio nacional da abciber, UFJF, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <http://abciber.org.br/simposios/index.php/abciber/abciber11/paper/view/312/311>

SIMONI, R.C.S. **Ancestralidade feminina: da essência do sagrado aos movimentos feministas, mulheres negras e representatividade.** Goiás: Editora da PUC Goiás, Revista Interdisciplinar de ciências humanas Fragmentos de Cultura, 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/7067>

SIQUEIRA, ANA CARLA DE ABREU. **SUBSÍDIOS PARA A VISIBILIDADE DE MULHERES NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA.** FORTALEZA, CE, 2018. REVISTA LAMPEJO, EDIÇÃO 14, VOLUME 7. DISPONÍVEL EM: [HTTP://REVISTALAMPEJO.APOENAFILOSOFIA.ORG/EDICOES/EDICAO-14-VOL\\_7\\_N\\_2/2-SUBS%C3%ADDIOS PARA A VISIBILIDADE DE MULHERES NA HIST%C3%B3RIA DA FILOSOFIA.PDF](HTTP://REVISTALAMPEJO.APOENAFILOSOFIA.ORG/EDICOES/EDICAO-14-VOL_7_N_2/2-SUBS%C3%ADDIOS PARA A VISIBILIDADE DE MULHERES NA HIST%C3%B3RIA DA FILOSOFIA.PDF)

SORÁ, Gustavo. **Tempo e distâncias na produção editorial de literatura.** Mana, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 151-181, out. 1997.

VALENTE, Tiago. HERGESEL, João Paulo. **Literatura e entretenimento: youtubers e a produção ficcional produzida por esses novos autores.** Jornada Internacional Geminis, UFSCAR, 2018. Disponível em: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-8d2d36fd637b7e9bcbc9532724831df065445cc7-arquivo.pdf>

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias.** São Paulo: Paulus, 2003.

VIEIRA, Kauê. **O feminismo negro no brasil: um papo com djamila ribeiro.** Afreaka. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/o-feminismo-negro-brasil-um-papo-com-djamila-ribeiro/>